



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Relatório de Desempenho 2022

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade

Fevereiro/2023

#PraTodosVerem: Capa da publicação intitulada Plano de Logística Sustentável – Relatório de Desempenho 2022. Sobre fundo branco, na parte superior, ao centro, logotipo institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso fazendo alusão à bandeira do Brasil: em primeiro plano, um círculo azul com estrelas, logo atrás um retângulo amarelo com uma pequena parte inferior em verde. Abaixo da figura, o texto “TRE-MT”.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO – TRE-MT

PRESIDENTE

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDORA ELEITORAL

Desembargadora NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO

JUÍZES-MEMBROS

Doutor LUIZ OCTÁVIO DE OLIVEIRA SABOIA RIBEIRO

Doutor JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO

Doutor JOSÉ LUIZ LEITE LINDOTE

Doutor EUSTÁQUIO INÁCIO DE NORONHA NETO

Doutor CIRO JOSÉ DE ANDRADE ARAPIRACA

CORPO TÉCNICO-DIRETIVO

DIRETORIA GERAL

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO

SECRETARIA JUDICIÁRIA

BRENO ANTONIO SIRUGI GASPAROTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

TÂNIA YOSHIDA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

VALMIR NASCIMENTO MILOMEM SANTOS

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARLOS HENRIQUE CÂNDIDO

2023

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 – Cuiabá/MT - CEP: 78.049-941

Endereço eletrônico: www.tre-mt.jus.br

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

A elaboração e a implantação do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (PLS/TRE-MT), instituído pela Portaria nº 402/2021, de 18/10/2021, é resultado do trabalho conjunto do Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade, vinculado à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN), em interação com as unidades responsáveis pelos temas do PLS/TRE-MT, cujo levantamento do exercício 2022 pode ser acessado no SEI nº 11202.2022-7.

CONTEÚDO, ORGANIZAÇÃO E COLETA DE DADOS

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN)
Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade
asplan@tre-mt.jus.br

RESULTADOS DE MATERIAIS DE CONSUMO, SERVIÇOS GRÁFICOS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Material e Patrimônio

RESULTADOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Serviços Gerais

Secretaria de Tecnologia da Informação
Coordenadoria de Infraestrutura Computacional

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Assistência Médica e Social

RESULTADOS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, REFORMAS, TELEFONIA, LIMPEZA, VIGILÂNCIA, VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL

Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Serviços Gerais

RESULTADOS DE IMPRESSÃO

Secretaria de Tecnologia da Informação
Coordenadoria de Infraestrutura Computacional

RESULTADOS DE QUALIDADE DE VIDA E AÇÕES SOLIDÁRIAS

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Assistência Médica e Social

RESULTADOS DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento

RESULTADOS DE SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE E AÇÕES DE INCLUSÃO E DE EQUIDADE E DIVERSIDADE

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN)
Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
DEFINIÇÃO E OBJETIVOS	5
METODOLOGIA	5
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	7
Papel	8
Copos descartáveis	10
Água envasada	13
Impressão	16
Energia elétrica	20
Água e esgoto	23
Gestão de resíduos	25
Reformas e construções	31
Telefonia	33
Limpeza	37
Vigilância	39
Serviços gráficos	43
Veículos	44
Combustível	51
Contratações sustentáveis	55
Qualidade de vida no trabalho	57
Capacitação	61
Sensibilização	65
Equidade e diversidade	66
RESULTADOS ALCANÇADOS	69

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) apresenta neste relatório os resultados e as ações desenvolvidas no exercício de 2022, relativo ao primeiro ano de monitoramento do [Plano de Logística Sustentável \(PLS/TRE-MT\) do ciclo 2022-2026](#).

As disposições da [Resolução do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\) nº 400, de 16 de junho de 2021](#), foram as diretrizes normativas que orientaram a estrutura, requisitos e indicadores do plano.

Serão demonstrados os resultados do desenvolvimento das ações, da medição dos indicadores e o cumprimento das metas que foram estabelecidas no PLS/TRE-MT 2022-2026, relativos ao período-base de janeiro a dezembro de 2022, tomando ainda como referência a comparação com o ano eleitoral de 2018, em conformidade com as particularidades estabelecidas pela [Resolução do Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\) nº 23.474/2016](#). Contém também breve análise realizada pelos gestores responsáveis sobre o desempenho dos indicadores, as justificativas para o não alcance das metas, bem como a implementação das ações previstas no PLS/TRE-MT.

A coleta dos dados foi feita ao longo do ano pelo Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade, vinculado à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN), unidade diretamente ligada à Presidência do Tribunal. A periodicidade indicada (mensal ou anual) refere-se ao modelo planejado pelo CNJ para apuração dos dados.

Os números informados neste relatório para cada indicador refletem a posição anual, mesmo que a periodicidade indicada seja mensal. Para os indicadores calculados em relação à área do Órgão, foi considerada a área de 24.809,47 m², com exceção do mês de dezembro, a partir de quando passou a ser considerada a área contratada de 25.921,24 m².

Os resultados dos indicadores foram organizados em consonância com os 10 eixos temáticos do PLS/TRE-MT:

Tema	Grupo de Indicador
1 Consumo eficiente de insumos e materiais	Papel
	Copos descartáveis
	Água envasada
	Impressões
2 Eficiência energética e hídrica	Energia elétrica
	Água e esgoto
3 Gestão de resíduos	Resíduos
4 Reformas e construções sustentáveis	Reformas
5 Utilização eficiente de serviços contratados, compreendendo, pelo menos, os contratos de vigilância, de limpeza, de telefonia e de serviços gráficos	Telefonia
	Limpeza
	Vigilância
	Serviços gráficos
6 Transporte sustentável de pessoal, bens e materiais	Veículos
	Combustível
7 Compras Públicas Sustentáveis (CPS)	CPS
8 Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Qualidade de vida no trabalho
	Ações solidárias
9 Sensibilização e capacitação contínua da força de trabalho em sustentabilidade	Capacitação
	Sensibilização
10 Promoção da inclusão e da equidade e diversidade	Inclusão
	Equidade e Diversidade

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Instituído no âmbito do Poder Judiciário pela [Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015](#), o Plano de Logística Sustentável (PLS) é um instrumento de gestão vinculado ao planejamento estratégico que define ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento das práticas de sustentabilidade que objetivam maximizar a eficiência e a transparência do gasto público e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho institucionais.

A Resolução CNJ nº 400, que substituiu a Resolução CNJ nº 201, manteve a obrigatoriedade de desenvolvimento do relatório anual de desempenho do PLS de cada órgão do Poder Judiciário para envio ao Conselho, precedido da avaliação pela Comissão Gestora do PLS, além de ser devidamente publicado no sítio eletrônico.

Logo, este relatório do exercício 2022 foi desenvolvido tanto para efeitos de avaliação dos resultados pela Comissão Gestora do PLS/TRE-MT, instituída pela [Portaria nº 403, de 18 de outubro de 2021](#), quanto para o necessário envio ao CNJ.

METODOLOGIA

O [PLS/TRE-MT 2022-2026](#) foi construído coletivamente pelo Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade/ASPLAN em interação com unidades gestoras participantes da equipe de desenvolvimento do Plano de Logística Sustentável.

Após a publicação do Plano Estratégico TRE-MT 2021-2026 em junho de 2021, o Tribunal iniciou a revisão de seu PLS para o novo ciclo de 2022 a 2026, em alinhamento com os novos preceitos trazidos pela Resolução CNJ nº 400/2021, e, igualmente, com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020), os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e o próprio Planejamento Estratégico Institucional.

A partir da experiência individual e coletiva dos gestores dessas unidades, que contribuíram com suas visões, conhecimentos e experiências para a avaliação sistêmica de cada um dos indicadores, metas e ações das áreas temáticas definidas pela Resolução CNJ nº 400/2021, foram propostas as metas e novas linhas de base para o período de 2022 a 2026.

As análises tiveram por fundamento o comportamento das séries históricas de consumo e gastos dos indicadores do [PLS/TRE-MT 2019-2021](#) entre os anos de 2015 a 2020, bem como as tendências provocadas pelos impactos da pandemia e do trabalho remoto nesses indicadores.

Nesse sentido, coube às unidades responsáveis pela organização dos dados que compuseram os levantamentos dos indicadores do PLS a responsabilidade de mantê-los atualizados por meio de planilhas de Excel, observada a apuração mensal e anual, de acordo com o [Glossário da Resolução CNJ nº 400/2021](#).

Grande parte dos ODS foram representados por meio da correlação dos ODS com os temas dos indicadores e das boas práticas definidas no Plano de ações do PLS/TRE-MT, que se consolida, dessa forma, como ferramenta de monitoramento e gestão, possibilitando a identificação de formas mais eficientes e sustentáveis de utilização dos recursos necessários ao funcionamento institucional.

Foram respeitadas, no processo de revisão do PLS, as particularidades da Justiça Eleitoral, principalmente quanto à composição de 2 séries históricas, levando-se em consideração o ano eleitoral e o ano não eleitoral, nos termos do artigo 25 da [Resolução do Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\) nº 23.474/2016](#).

A seguir, identifica-se, resumidamente, as etapas da metodologia de formulação, implementação, avaliação e monitoramento do PLS/TRE-MT:

Etapa 1 – DIAGNÓSTICO: análise dos resultados do PLS/TRE-MT do ciclo anterior e preparação da metodologia e do cronograma de trabalho;

Etapa 2 – ELABORAÇÃO: realização de processo participativo para definição e validação de indicadores, metas e ações;

Etapa 3 – APROVAÇÃO: aprovação da minuta do PLS/TRE-MT pela Presidência;

Etapa 4 – IMPLEMENTAÇÃO: execução dos planos de ação do PLS/TRE-MT e levantamento dos indicadores pelos gestores responsáveis;

Etapa 5 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: realização de reuniões trimestrais, conforme modelo de governança do PLS/TRE-MT;

Etapa 6 – ANÁLISE CRÍTICA E REVISÃO DE METAS: bienalmente, propiciado o processo participativo nos momentos de revisão.

A segunda edição do PLS do TRE-MT reforçou a necessidade de definição de um modelo de governança para a fase de execução, em que foram explicitadas a composição e forma de atuação de Grupos Executivos responsáveis pelas ações integrantes do PLS/TRE-MT, além da atuação da própria Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.

Assim, em adição às unidades gestoras responsáveis pelos indicadores e execução das metas, o Tribunal contará com os Grupos Executivos para atuar de forma transversal as ações do PLS. Dessa forma, o processo de formulação do PLS/TRE-MT compreendeu, adicionalmente, a atualização de normativas internas do Tribunal.

Ao final do processo de revisão do PLS/TRE-MT foram instituídas 2 portarias para o novo ciclo (2022-2026): a (i) [Portaria nº 402/2021](#), de instituição do Plano, e a (ii) [Portaria nº 403/2021](#), de composição da Comissão Gestora e dos respectivos Grupos Executivos do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

(PLS/TRE-MT). Por meio dessa nova dinâmica de monitoramento, já adotada por outros tribunais regionais eleitorais, espera-se conferir maior efetividade ao acompanhamento do PLS do período 2022-2026 (veja-se o conteúdo do SEI nº 04552.2021-2).

Também em consonância às disposições da Resolução CNJ nº 400, de 2021, o Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade, vinculado à ASPLAN por meio da [Resolução TRE-MT nº 2.533, de 9 de outubro de 2020](#), será a unidade responsável pelo monitoramento das metas e ações do PLS/TRE-MT, para avaliação quadrimestral pela Comissão Gestora, e pelo tratamento dos dados para informá-los aos órgãos de controle externo.

As competências de segunda linha em sustentabilidade foram conjugadas com as de acessibilidade/inclusão por questão de escassez de recursos estruturais e de pessoal.

Ultrapassadas as fases de capacitação e de criação de melhores situações de lotação de servidores, espera-se que o Núcleo empreenda, em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, ações que tragam resultados ainda mais positivos ao Tribunal e aos seus públicos de interesse, além de consolidar a cultura das compras sustentáveis e compartilhadas.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O PLS/TRE-MT está alinhado ao objetivo estratégico nº 7 do Planejamento Institucional 2021-2026 de *“Orientar as políticas institucionais em consonância às diretrizes do desenvolvimento sustentável”*, que possui

como iniciativa para a sua implementação o Projeto Estratégico nº 11 de Compras Públicas Sustentáveis.

Para mensurar o alcance desse objetivo, foi estabelecido o indicador "Percentual de compras públicas sustentáveis (CPS)", aferido pelo percentual de compras sustentáveis realizadas anualmente pelo Tribunal.

A sustentabilidade figura, ainda, como um atributo de valor estratégico pelo qual o TRE-MT deseja ser reconhecido pela sociedade.

O conteúdo do PLS/TRE-MT igualmente correlaciona-se com as políticas voltadas à concretização da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026, ao considerar o conteúdo temático do Macrodesafios do Poder Judiciário "Promoção da Sustentabilidade".

Dessa maneira, o PLS/TRE-MT apresenta-se como instrumento tático de planejamento que apoia as unidades no alcance dos objetivos organizacionais, ao direcionar ações na utilização eficiente dos recursos disponíveis, capacitar servidores na adoção de medidas ambientalmente corretas, maximizar o consumo consciente dos recursos, objetivando o alcance da sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.

O PLS se consubstancia, finalmente, como importante instrumento da Política de Governança de Contratações estabelecido pela [Resolução CNJ nº 347, de 13 de outubro de 2020](#), instrumento este que, em conjunto com o Plano Anual de Contratações e demais planos institucionais correlatos, tem o objetivo de adotar critérios e práticas mais sustentáveis¹ que promovam aquisições que agreguem valor ao negócio do órgão, com riscos aceitáveis.

¹ Para os fins da **Resolução CNJ nº 347/2020**, consideram-se critérios de sustentabilidade os métodos utilizados para avaliação e especificação de bens,

materiais, serviços e obras em função do seu impacto ambiental, social, cultural e econômico, no mínimo.

TEMA 1: CONSUMO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS**CONSUMO DE PAPEL**

Descrição do indicador: Mede o consumo total e médio mensal de papel reciclado e não reciclado, observadas as séries históricas correlatas.

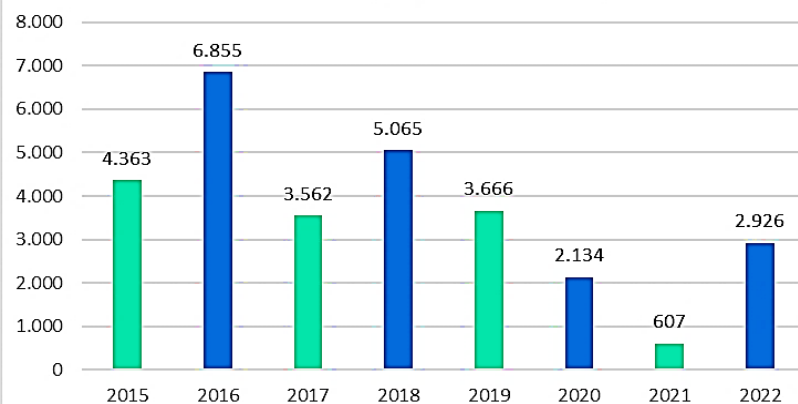
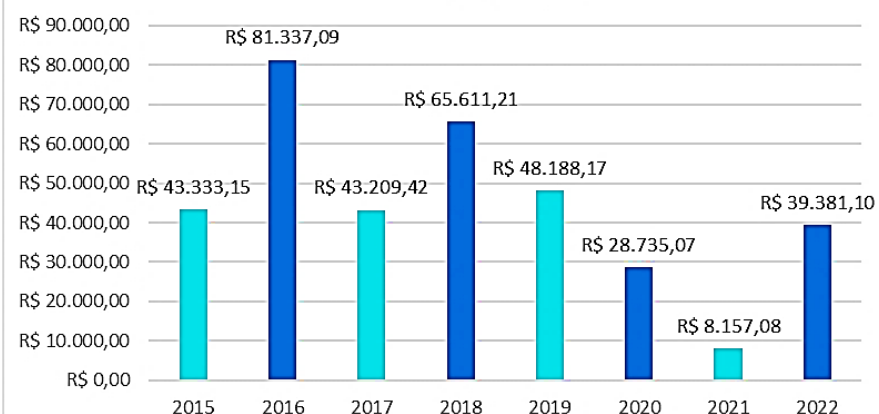
Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de papel, incluindo critérios de sustentabilidade, notadamente em razão da implantação dos sistemas de processo administrativo eletrônico (SEI) e de processo Judicial Eletrônico (PJe).

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir o consumo de resmas de papel até 2026 em 15% nos anos eleitorais e 10% nos anos não eleitorais, até 2026.

Base histórica - Consumo de papel (resmas)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
4.363	6.855	3.562	5.065	3.666	2.134	607	2.926

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	5%	5%	10%	10%	15%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	4.811	3.482	4.558	3.299	4.305

Consumo de papel (resmas A4)**Gastos com papel (R\$)**

PAPEL	
Item	Plano de Ação
1	Reduzir o consumo do papel e suprimentos de impressão (ação 1.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 1.2)
Resultados Alcançados / Desafios	

Comparando o ano de 2022 (ano eleitoral) com o ano de 2018 (ano eleitoral) verificou-se uma redução de 42,27% na quantidade de consumo de papel e uma redução de 39,97% no valor gasto com esse tipo de material, superior à meta estabelecida para 2022, que foi de 5%. Isso levando-se em conta a quantidade requisitada pelas unidades.

A utilização de sistemas eletrônicos para a tramitação de processos, tanto administrativos quanto judiciais, aliada à conscientização dos servidores acerca da importância da racionalização foram fundamentais para o alcance do resultado obtido.

Ressalte-se que consultando os relatórios de entrada de materiais, foi verificado que a última compra de papel para o TRE-MT foi realizada em 2018, quando foi efetuada a aquisição de 2.200 resmas de papel A-4 branco multifuncional, conforme registros do sistema ASI. O Tribunal possui um saldo em estoque de 6.559 resmas de papel (dados de competência janeiro/2023).

Quanto ao consumo, restou demonstrada a **redução de 42,27%** na quantidade consumida. No que se refere aos gastos, considerando o glossário da Resolução CNJ nº 400, que considera como fato gerador a data da compra pelo órgão, observado o regime de competência, verificou-se que o valor dispendido em 2022 foi **R\$ 0,00**, superior à meta estabelecida de 5%, considerando que não houve aquisição do material no ano de 2022.

Adicionalmente, em se comparando os resultados de 2022 e 2019 tendo por base a requisição pelas unidades, tem-se uma redução de 20,19% no consumo e de 18,28% nos gastos com aquisição de papel.

Considerando a grande quantidade de papel em estoque, não será necessária aquisição neste ano de 2023, mantendo-se a vigilância quanto ao consumo que deve ser sempre pautado na sustentabilidade. Esse cenário reforça a perspectiva de cumprimento da meta também no exercício de 2023.

TEMA 1: CONSUMO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS**CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS**

Descrição do indicador: Mede o consumo médio mensal de copos descartáveis de água e café, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de copos descartáveis, em face da geração de resíduos do consumo, e orientar a Instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir, até 2026, o consumo de copos descartáveis de 200 ml (água) e 50 ml (café) até 2026 em 15% nos anos eleitorais e 10% nos anos não eleitorais.

Base histórica - Consumo de copos descartáveis de 200 ml (água)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
3.058	5.911	4.575	6.725	2.650	375	775	-

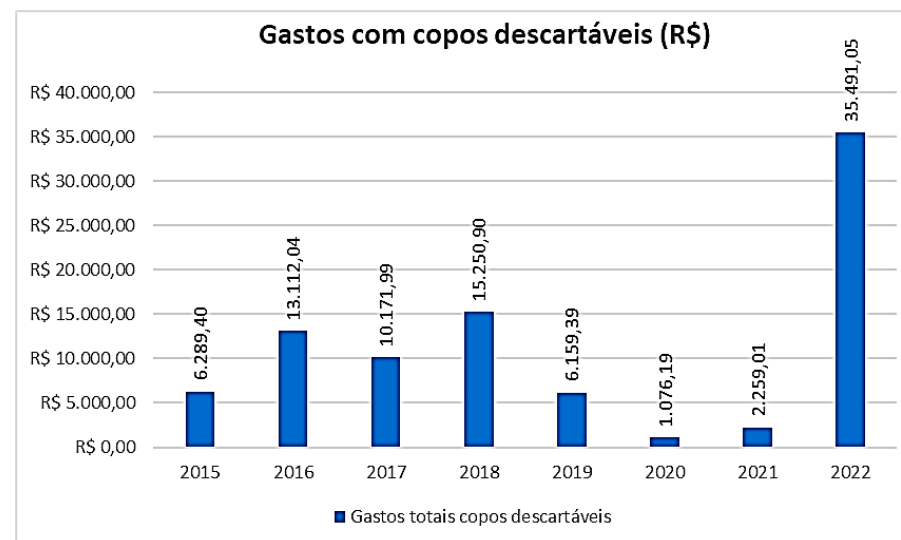
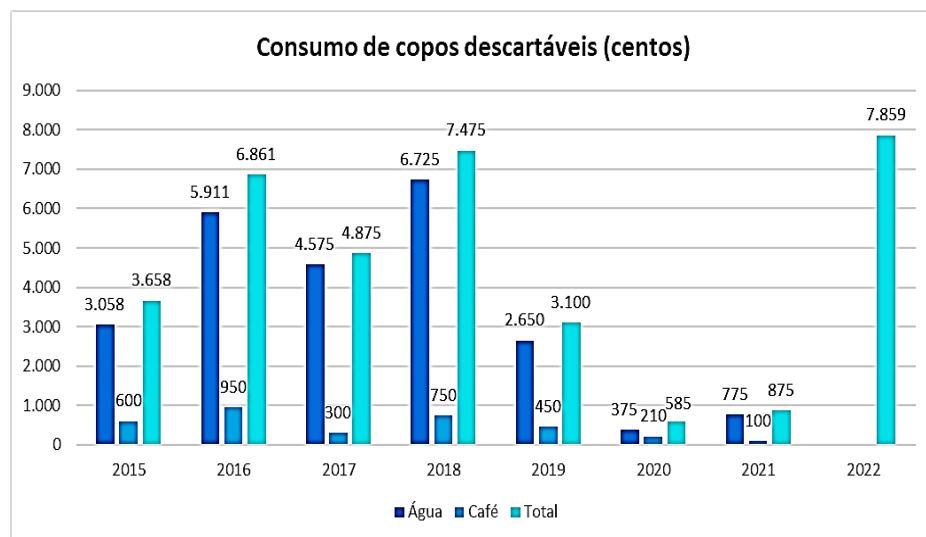
Base histórica - Consumo de copos descartáveis de 50 ml (café)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
600	950	300	750	450	210	100	-

Base histórica - Consumo total de copos descartáveis (centos)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
3.658	6.861	4.875	7.475	3.100	585	875	7.859

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	5%	5%	10%	10%	15%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	7.100	2.944	6.727	2.790	6.391



COPOS DESCARTÁVEIS	
Item	Plano de Ação
1	Substituir o uso de copos descartáveis por dispositivos retornáveis duráveis, recicláveis ou biodegradáveis (ação 2.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 2.2)
Resultados Alcançados / Desafios	

Comparando o ano de 2022 (ano eleitoral) com o ano de 2018 (ano eleitoral) verificou-se um **aumento de 5,13%** na quantidade consumida de copos descartáveis não alcançando a meta prevista de redução de 5% no consumo. Ressalte-se que o aumento na quantidade consumida pode ser levado em conta considerando o aumento no número de eleitores/mesários que consumiram o material. No que diz respeito ao gasto houve um aumento de **132,71% maior em relação ao ano de 2018**, considerando o aumento no custo com o decorrer dos anos.

No ano de 2022, dando cumprimento ao Plano de Logística Sustentável do TRE-MT foi interrompida, a partir de 9/5/2022, por meio da Portaria nº 163/2022 a aquisição e o fornecimento de água envasada em embalagens descartáveis para utilização na Secretaria do Tribunal e na Casa da Democracia, sendo instalados purificadores de água, em substituição aos bebedouros comuns, tendo como objetivo o consumo e produção responsáveis (ODS 12), racionalizando o consumo de copos plásticos descartáveis e de água envasada (garrafão). A respectiva portaria determinou que a disponibilização de copos descartáveis para o consumo de bebidas quentes ou frias ficaria restrita ao público

COPOS DESCARTÁVEIS

externo. Foi orientado aos servidores a necessidade do uso de garrafinhas pessoais (e/ou copos, canecas), sendo a limpeza de tais utensílios de responsabilidade do respectivo usuário.

Ressalte-se que no indicador gasto com copos descartáveis foram considerados os gastos ocorridos no exercício de 2022, sendo assim, não foram computados os gastos relacionados à quantidade requisitada pela sede e sim os gastos efetuados pelos cartórios no ano de 2022 por meio de Suprimento de Fundos, pois consultando os relatórios de entrada de materiais, foi verificado que a última compra de copos descartáveis para água para a sede do TRE-MT ocorreu em 2020, quando foi efetuada a aquisição de 5.000 centos de copos, conforme registros do sistema ASI.

A última compra de copos descartáveis de café para a sede do TRE-MT ocorreu em 2016, quando foi efetuada a aquisição de 1.500 centos de copos, conforme registro do sistema ASI. O Tribunal possui um saldo em estoque de 2.050 centos de copos descartáveis para água e 1.155 centos de copos para café.

Campanhas via *email* serão necessárias reforçando a meta de racionalizar o consumo para que se consiga avançar um pouco mais no quesito. Por exemplo, alguns servidores costumam consumir café após o almoço fazendo uso do copo descartável. Se essa prática for eliminada, o consumo será reduzido. Alguns podem até considerar exagero por parte da Administração, todavia, são pequenas atitudes do nosso dia a dia, mudança de postura que fará de todos uma instituição sustentável. Quanto ao fornecimento de copos descartáveis para os mesários na data da eleição, cabe uma reflexão acerca do engajamento desses colaboradores nessa campanha, solicitando que os mesmos levem garrafas/canecas próprias para serem utilizadas. Pequenas atitudes que podem conscientizar as pessoas dos malefícios da utilização de copo plástico descartável, considerando que o copo leva em torno de 200 a 400 anos para se decompor e possui vida útil muito curta de apenas pouco segundos e, quando destinado corretamente, apenas 20% é reciclado e o restante é descartado em aterros sanitários ou lixões, o que acaba interferindo negativamente na decomposição de resíduos.

Para 2023, considerando a redução drástica na quantidade consumida devido à restrição do uso ao público externo, aliado ao fato de não se tratar de ano eleitoral, provavelmente não será necessária aquisição para a sede do Tribunal, restando as aquisições para os cartórios eleitorais, evidencia-se a tendência de estabilidade do indicador.

A fonte do indicador necessitará de ajustes para definir com exatidão as condições de atingimento da meta, ou seja, o consumo de todas as unidades do Tribunal (sede e cartórios), observados os parâmetros do glossário da Resolução CNJ nº 400, e, da mesma forma, os dados da série histórica.

TEMA 1: CONSUMO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS**CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS DESCARTÁVEIS**

Descrição do indicador: Mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens descartáveis, observadas as séries históricas correlatas.

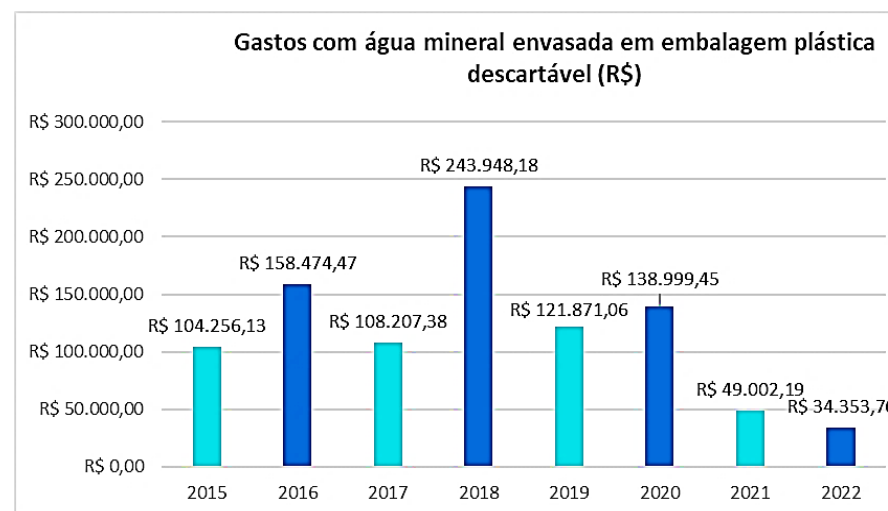
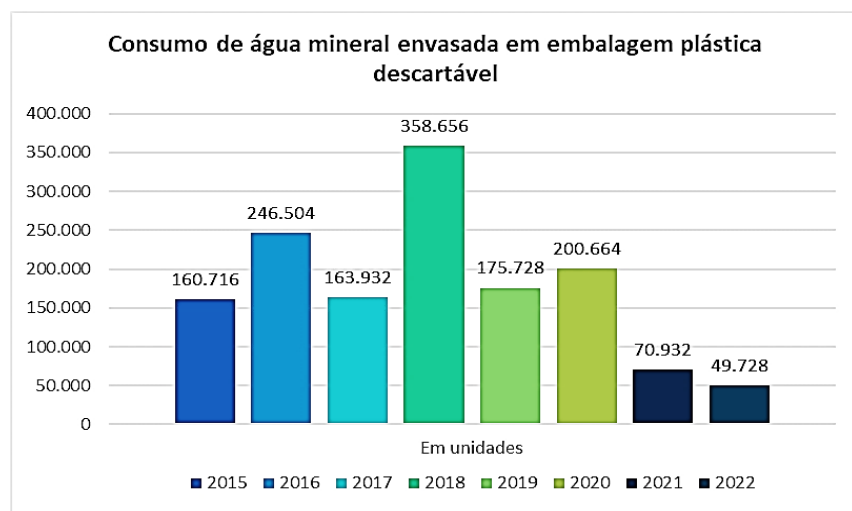
Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de água envasada em embalagens plásticas descartáveis, incluindo critérios de sustentabilidade.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir o consumo de água em embalagens descartáveis em 6% nos anos eleitorais e 4% nos anos não eleitorais, até 2026.

Base histórica - Consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável (unidade)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
160.716	246.504	163.932	358.656	175.728	200.664	70.932	49.728

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	2%	4%	4%	6%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	351.482	172.213	344.309	166.941	337.136



CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS RETORNÁVEIS

Descrição do indicador: Mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens retornáveis, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de água envasada em embalagens plásticas descartáveis, incluindo critérios de sustentabilidade.

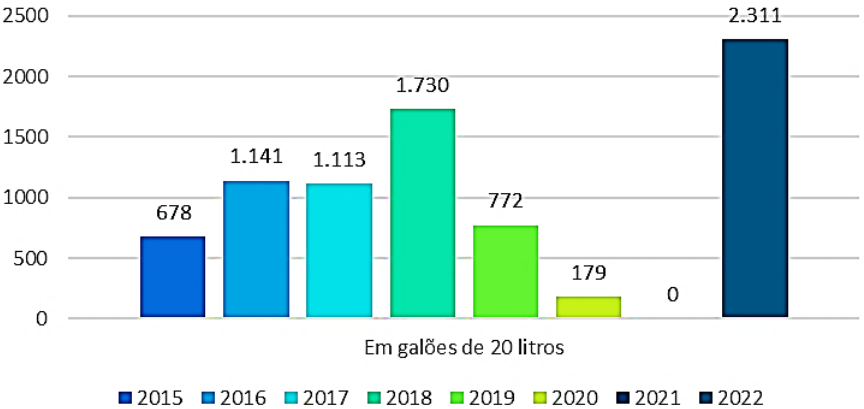
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir o consumo de água envasada em embalagens retornáveis em 6% nos anos eleitorais e 4% nos anos não eleitorais, até 2026.

Base histórica - Consumo de água mineral envasada em embalagem plástica retornável (unidade)

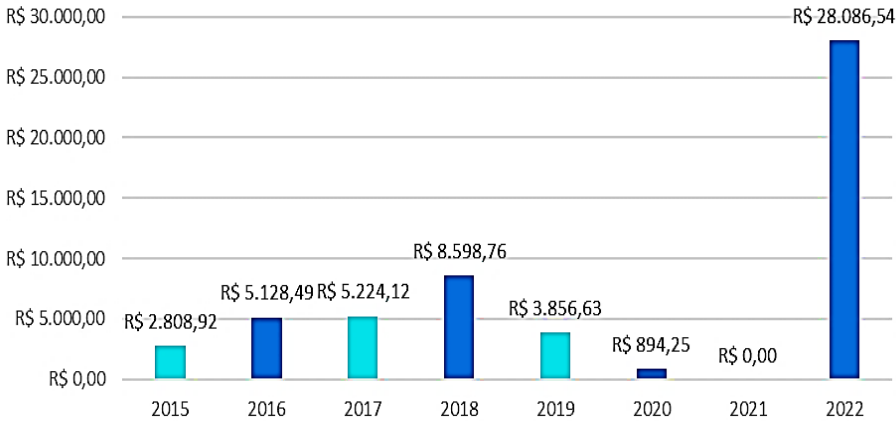
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
213	1.141	1.113	1.730	772	179	0	2.311

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	2%	4%	4%	6%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	1.695	756	1.660	741	1.626

Consumo de água mineral envasada em embalagem plástica retornável



Gastos com água mineral envasada em embalagem plástica retornável (R\$)



ÁGUA ENVASADA	
Item	Plano de Ação
1	Substituir o consumo de água envasada em recipientes plásticos de 500 ml por garrações de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros (ação 3.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 3.2)

Resultados Alcançados / Desafios

No relatório de desempenho de 2021, constou que o objetivo para o indicador água envasada seria reduzir a zero, com vista à obtenção de medida adequada ao consumo sustentável preconizado pela legislação vigente e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6 da Organização das Nações Unidas - Água Potável e Saneamento.

Avaliando o desempenho do indicador de consumo de embalagens descartáveis para água mineral em 2022 (ano eleitoral) em relação a 2018 (ano eleitoral), verificou-se uma **redução de 86,13%** no consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável. Com relação ao gasto houve uma redução de 85,91% levando-se em consideração a quantidade requisitada. Levando-se em conta o glossário da Resolução CNJ nº 400 que considera como evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência, **apurou-se não haver gastos em 2022**, considerando que a última aquisição de água para o TRE-MT ocorreu em 2020, conforme registro do sistema ASI. Caso se comparassem os exercícios de 2022 e 2019, a redução do consumo foi da ordem de 71,70%.

Por sua vez, analisando o desempenho do indicador de quantidade consumida de água mineral envasada em embalagem plástica retornável (galões ou garrações retornáveis), comparando 2022 (ano eleitoral) e 2018(ano eleitoral), verificou-se um **acréscimo de 33,58%**. Em relação aos gastos houve um acréscimo de **226,63%** levando em consideração ao quantitativo gasto com essa despesa no exercício de 2022, o que se deve, em grande parte, ao aumento no custo do produto ao longo do tempo, considerando-se que a comparação está sendo realizada entre os exercícios de 2018 e 2022, haja vista os reflexos da pandemia no exercício de 2020. Em relação a 2019 o incremento do consumo foi de 199,35% e o dos gastos de 628,27%.

Para tratar das providências de planejamento e execução da instalação dos purificadores de água nos cartórios eleitorais, cujo prazo final para conclusão desse objetivo tático no Plano Diretor da Secretaria de Administração e Orçamento (SAO) 2021-2023 é agosto de 2023, foi inaugurado o SEI nº 10719.2022-4.

No ano de 2022, dando cumprimento ao Plano de Logística Sustentável do TRE/MT foi interrompida, a partir de 9/5/2022, por meio da Portaria nº 163/2022 a aquisição e o fornecimento de água envasada em embalagens descartáveis para utilização na Secretaria do Tribunal e na Casa da Democracia, sendo instalados purificadores de água, em substituição aos bebedouros comuns tendo como objetivo o consumo e produção responsáveis, racionalizando o consumo de água envasada (descartáveis e garrafão). Desse modo, reduziu-se drasticamente o consumo de água envasada na Secretaria do Tribunal e na Casa da Democracia tendo em vista a suspensão da aquisição em maio de 2022.

Desse modo, as unidades que ainda utilizam água envasada em garrafão de 20 litros, são os cartórios eleitorais do interior do Estado. Todavia, para o ano de 2023 já está prevista a solução para essa questão, em face da aquisição de 130 purificadores de água e 5 bebedouros de água industriais para instalação em todos os cartórios eleitorais, tratada nos processos SEI nº 10183.2022-6 e nº 10192.2022-5. Para 2023 vislumbra-se um cenário de melhora, considerando as providências já adotadas pela Administração para o alcance do resultado obtido em 2022, caminhando no sentido de reduzir a zero a aquisição de água envasada, por meio de ações progressivas.

TEMA 1: CONSUMO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

QUANTIDADE DE IMPRESSÕES

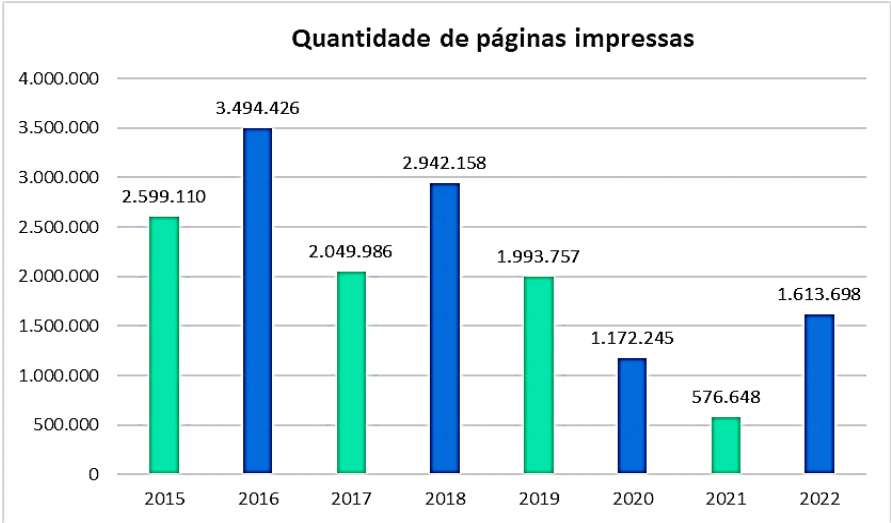
Descrição do indicador: Mede a quantidade de impressões realizadas no ano, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Promover e difundir práticas de ecoeficiência dos equipamentos e materiais utilizados na impressão de documentos.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir, até 2026, o consumo de impressões em 15% nos anos eleitorais e 10% nos anos não eleitorais.

Base histórica - Quantidade de páginas impressas							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
2.599.110	3.494.426	2.049.986	2.942.158	1.993.757	1.172.245	576.648	1.613.698

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	5%	5%	10%	10%	15%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	2.795.050	1.894.069	2.647.942	1.794.381	2.500.834



EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO INSTALADOS

Descrição do indicador: Mede a quantidade de equipamentos de impressão contratados instalados, observadas as séries históricas correlatas.

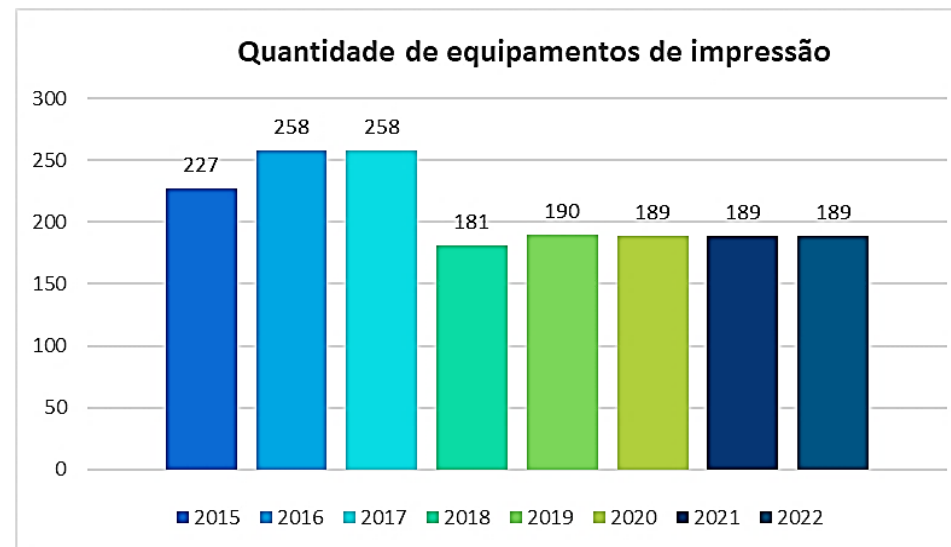
Justificativa: Promover e difundir práticas de ecoeficiência dos equipamentos e materiais utilizados na impressão de documentos.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Manter, até 2026, o quantitativo de equipamentos de impressão contratados sem alterações, mesmo nos anos eleitorais.

Base histórica - Quantidade de equipamentos de impressão

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
227	258	258	181	190	189	189	189

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Meta escalonada	Manter 2018	Manter 2019	Manter 2018	Manter 2019	Manter 2018
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	181	190	181	190	181



GASTOS COM SERVIÇOS DE *OUTSOURCING* DE IMPRESSÃO

Descrição do indicador: Mede os gastos com serviços de outsourcing de impressão contratados, observadas as séries históricas correlatas.

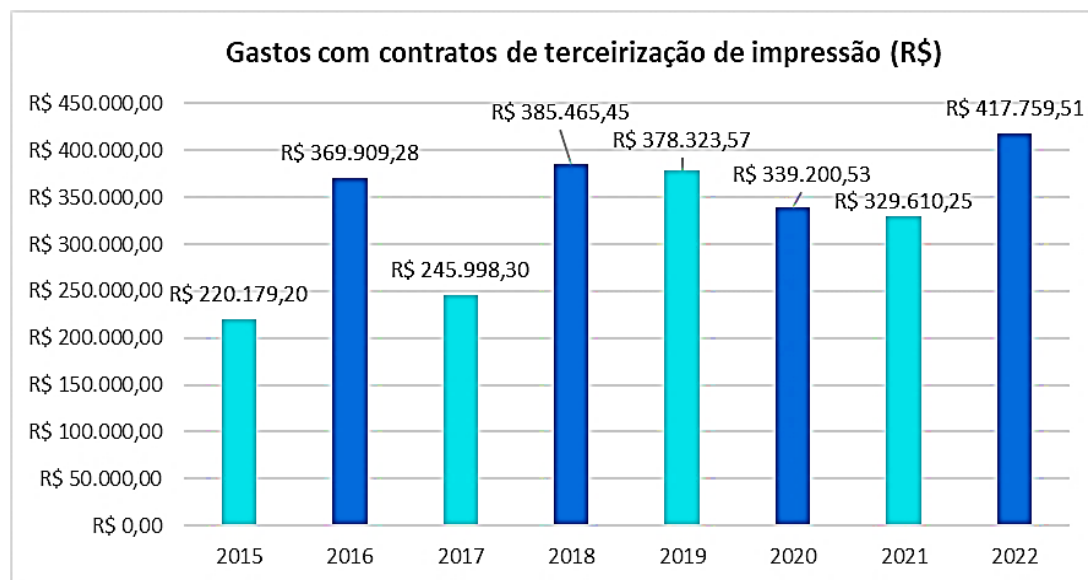
Justificativa: Promover e difundir práticas de ecoeficiência dos equipamentos e materiais utilizados na impressão de documentos.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir, até 2026, os gastos com serviços de outsourcing de impressão em 15% nos anos eleitorais e 10% nos anos não eleitorais.

Base histórica – Gastos com serviços de *outsourcing* de impressão

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
220.179,20	369.909,28	245.998,30	385.465,45	378.323,57	339.200,53	329.610,25	417.759,51

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	5%	5%	10%	10%	15%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	366.192,18	359.407,39	346.918,90	340.491,21	327.645,63



IMPRESSÃO	
Item	Plano de Ação
1	Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos (ação 4.1)
2	Impulsionar o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor atendimento, gerenciamento e controle de demandas (ação 4.2)
3	Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão (ação 4.3)
4	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 4.4)
Resultados Alcançados/Desafios	

O sistema de *outsourcing* foi implantado no âmbito do TRE-MT desde 2009, por meio do Contrato nº 57/2008 (PA SADP nº 14.743/2008). A partir de 26/12/2012, o Tribunal passou a ter processos administrativos digitais, com a implantação do sistema de processo administrativo virtual PAe, construído pelo TRE-PR. Posteriormente, em 2018, esse *software* foi substituído pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), produzido pelo TRF da 4ª Região. Em 2019, houve a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todos os Cartórios Eleitorais de Mato Grosso. Assim, o TRE-MT passou a ter processos 100% digitais.

Essas ações impactaram diretamente no indicador consumo de papel, quantidade de impressões, quantidade de equipamentos de impressão e nos gastos com contratos de terceirização de impressão desde 2020. E para o atingimento da meta de redução das impressões foi publicado, em 2019, na *intranet* do TRE-MT, o consumo de impressão por unidade administrativa. Para o público externo, os dados estão disponíveis no site deste Regional, na *internet*, no Painel BI do Plano de Logística Sustentável (PLS), produzido pela ASPLAN e disponibilizado no link <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental>.

Também contribui para a persecução das metas do PLS, o Tribunal possuir contratação para a emissão de certificados digital, a fim de que todos os servidores possam fazer uso da assinatura digital.

Desde 2020, a quantidade de equipamentos, 189, se mantém estável, em comparação com os 190 de 2019, uma redução de 0,53%, apresentando, no entanto, **aumento de 4,42%** em relação a 2018. A quantidade de impressões **diminuiu 45,15%**, comparando-se 2022 e 2018, ao passo que os gastos com contrato de terceirização de impressão **aumentaram 8,38%**, resultados superiores às metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável do Regional. As atividades relacionadas às eleições, em 2022, foram determinantes para o incremento no quantitativo de impressões, bem como contribuíram para a manutenção do número de equipamentos.

De maneira geral, a tendência para 2023 é de estabilidade de todos os indicadores de impressão, não obstante o impulso do processo para contração do novo sistema de *outsourcing* de impressão, reprografia e digitalização. Nele há previsão para: a) contratação de equipamentos mais sustentáveis; b) melhor comprovação da logística reversa e da destinação dos insumos utilizados; c) revisão dos quantitativos e; d) uso de scanners separados de impressoras (em determinadas unidades). A diminuição da quantidade de equipamentos de impressão prevista no PLS necessitará de estudos em conformidade com normas de segurança da informação, com destaque para a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pois restringe de modo indireto a instalação de impressoras em espaços sem supervisão (corredores).

Por fim, a ação de criação de canais de incentivo para que os usuários proponham melhorias nos processos de trabalho e ferramentas virtuais utilizadas pelo Tribunal resta pendente, constituindo importante meta para desenvolvimento ainda no presente ciclo do PLS (2022-2026).

TEMA 2: EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E HÍDRICA**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Descrição do indicador: Mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica fornecida pela concessionária, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Racionalizar o consumo e promover o uso consciente de energia elétrica.

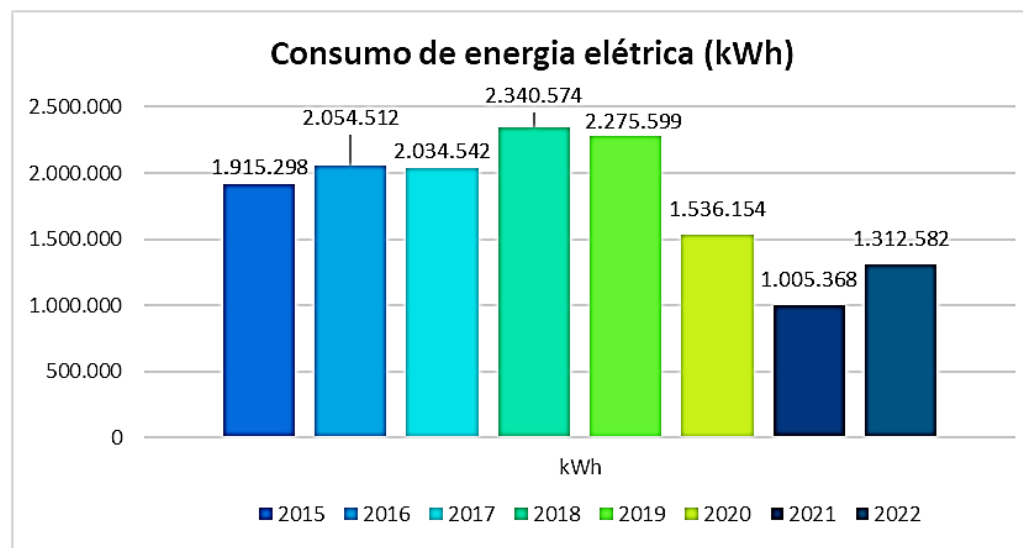
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir o consumo de energia elétrica em 6% nos anos eleitorais e 10% nos anos não eleitorais, até 2026.

Base histórica - Consumo de energia elétrica (kWh)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1.915.298	2.054.512	2.034.542	2.340.574	2.275.599	1.536.154	1.005.368	1.312.582

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	5%	4%	10%	6%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	2.293.762	2.161.819	2.246.951	2.048.039	2.200.140

Item	Plano de Ação
1	Realizar diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para impulsionar o consumo racional de energia (ação 5.1)
2	Manter o contrato de energia elétrica adequado à real demanda (ação 5.2)
3	Adquirir materiais e equipamentos com critérios de eficiência energética (ação 5.3)
4	Implementar soluções que tragam eficiência energética às edificações (ação 5.4)
5	Implementar solução que permita o desligamento de computadores que foram deixados ligados fora do expediente pelos colaboradores (ação 5.5)
6	Garantir que as novas edificações tenham etiquetagens de eficiência energética – Selo Procel Edificações “A” (ação 5.6)
7	Implantar usinas de energia fotovoltaica (ação 5.7)
8	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 5.8)



USO DE ENERGIA ALTERNATIVA

Resultados Alcançados / Desafios

Houve significativa redução no consumo de kWh comparando-se o consumo dos exercícios de 2018 e 2022 (**redução de -43,92%**), repercutindo em economia da ordem de - **34% nos gastos**, no entanto, deve-se lembrar que tais resultados foram impactados, principalmente, pelas ações de geração de energia renovável com a implantação, em março de 2020, da mini usina fotovoltaica no prédio-sede do Tribunal.

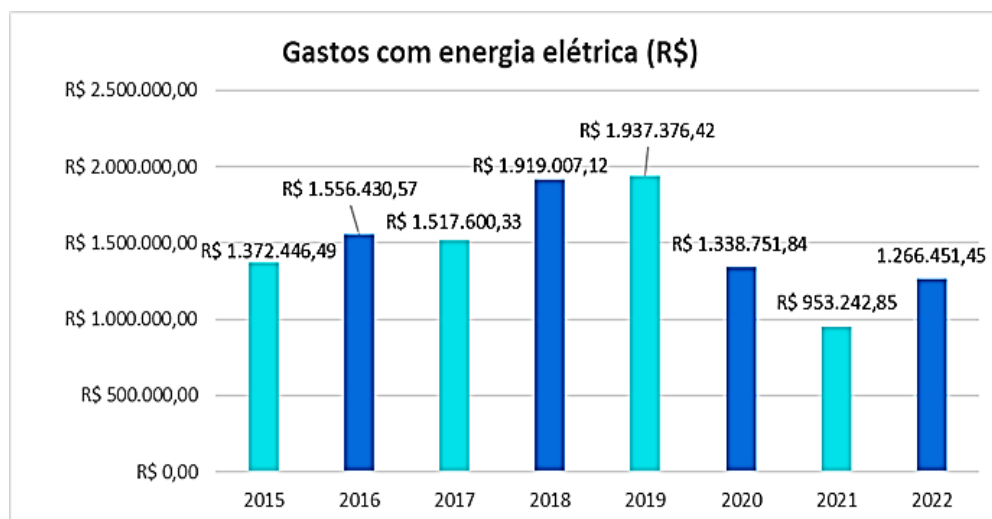
Esse investimento tem sido responsável pela produção média de 140.000 kWh por mês, além da instalação de 8 micro-usinas fotovoltaicas para geração de 20kWp (+10%) GridTie, nos cartórios da 46ª, 43ª, 9ª, 21ª, 8ª, 24ª, 15ª e 34ª Zonas Eleitorais, respectivamente sediados em Rondonópolis, Sorriso, Barra do Garças, Lucas do Rio Verde, Alto Araguaia, Alta Floresta, São Félix do Araguaia e Chapada dos Guimarães, as quais estão instalados em imóveis da União, destinados para a Justiça Eleitoral.

Essas micro-usinas no interior do Estado têm gerado, em média, 2.500 kWh mensal cada uma delas.

Importante destacar também que, paralelamente às implantações das usinas fotovoltaicas, o Tribunal vem adotando ações progressivas buscando modernizar sua estrutura com materiais elétricos com critério de eficiência energética (lâmpadas LED, sensores de presença, etc), e com equipamentos que menos impactam o meio ambiente e diminuem o consumo de energia elétrica, a exemplo dos investimentos para a modernização do sistema de climatização central do prédio-sede (retrofit) concluído em dezembro de 2022, e a modernização do grupo gerador e subestação, em processo de execução com entrega prevista para agosto de 2023, além da instalação do banco de capacitores, motivos pelos quais vislumbram-se resultados ainda melhores neste exercício.

GASTOS DE ENERGIA ELÉTRICA**Base histórica – Gastos com energia elétrica (R\$ - valor nominal)**

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1.372.446,49	1.556.430,57	1.517.600,33	1.919.007,12	1.937.376,42	1.338.751,84	953.242,85	1.266.451,45

**ENERGIA ELÉTRICA****Resultados Alcançados / Desafios**

Desde há muito, o TRE-MT possui iniciativa de negociação tarifária de energia, mediante contrato de fornecimento de energia Horária Verde, com estabelecimento de tarifa horo sazonal, horário de ponta (17h30min às 20h) com demanda contratada de 900 kW, resultado da realização de diagnósticos periódicos da situação das instalações elétricas e da manutenção do contrato adequado à real demanda e nos termos das Resoluções Normativas da ANEEL. Ainda na esteira da sustentabilidade e visando o alinhamento às políticas institucionais do Tribunal, a Seção de Engenharias e Obras elaborou sistema de análise dos dados que visa balizar e dotar de eficiência o controle do consumo de energia elétrica do Órgão. Trata-se do sistema BI – Ranking de Energia que pode ser acessado pelo link <https://www.tre-mt.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental>.

A redução do consumo de energia elétrica tende a melhorar em virtude das ações implementadas no exercício 2022 e daquelas que estão em execução, a exemplo do retrofit da subestação e grupo gerador, além da instalação do banco de capacitores.

TEMA 2: EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E HÍDRICA**CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO**

Descrição do indicador: Mede o consumo de água fornecida pela concessionária, observadas as séries históricas correlatas.

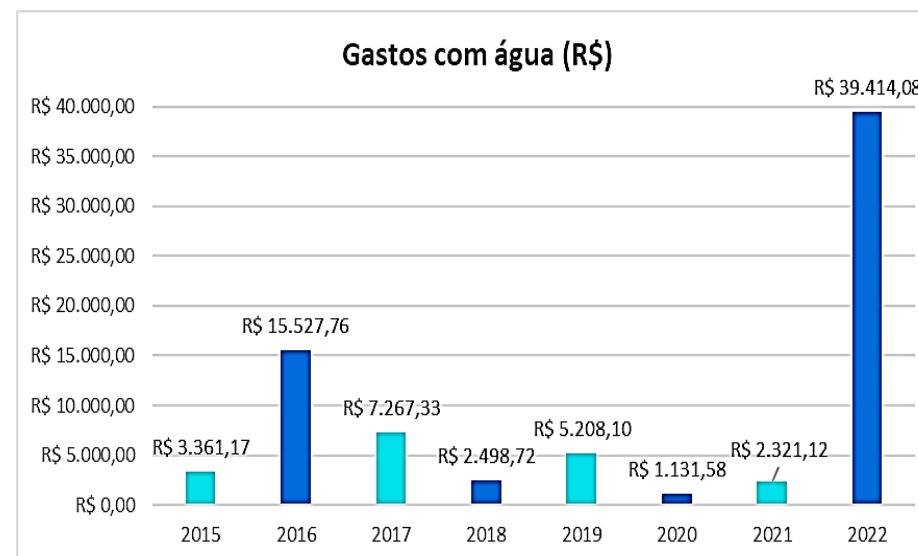
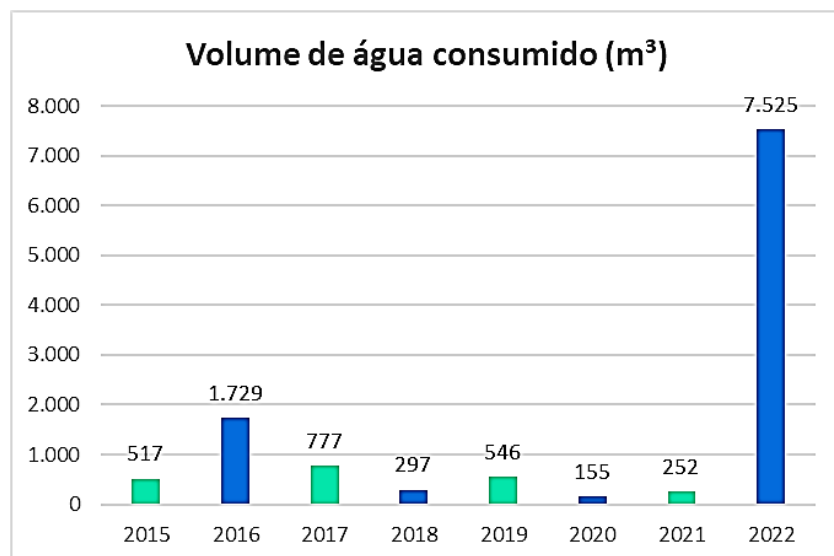
Justificativa: Racionalizar o consumo e promover o uso consciente da água.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Manter o consumo mínimo mensal de consumo da sede do Tribunal de 10m³ no período 2022-2026, à exceção dos meses em que houver necessidade de manutenção do poço artesiano.

Base histórica - Volume de água consumido (m ³)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
517	1.729	777	297	546	155	252	7.525
Base histórica – Gastos com água (R\$ - valor nominal)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
3.361,17	15.527,76	7.267,33	2.498,72	5.208,10	1.131,58	2.321,12	39.414,08

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais) 2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	10m ³	10m ³	10m ³	10m ³	10m ³

Item	Plano de Ação
1	Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas (ação 6.1)
2	Realizar manutenções preditivas e preventivas nas instalações e equipamentos hidráulicos (ação 6.2)
3	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 6.3)



ÁGUA E ESGOTO

Resultados alcançados / Desafios

A meta era manter o consumo mínimo mensal de 10 m³ ao longo de todo o período 2022-2026, à exceção dos meses em que houvesse necessidade de manutenção do poço artesiano.

Para o cálculo da meta foram excluídos os anos de 2020 e 2021 da linha de base, em virtude dos impactos da pandemia e do trabalho remoto sobre o comportamento dos indicadores, que passaram a apresentar resultado muito diferenciado daquele verificado ao longo das séries históricas, a exemplo dos gastos com telefonia e material de limpeza.

Verifica-se a manutenção do consumo mínimo de 10m³ nos meses de janeiro a agosto com significativo aumento de consumo nos meses de outubro e novembro, em virtude da manutenção do poço artesiano ocorrida no referido período. A ficha do indicador necessitará ser ajustada para definir com exatidão as condições de atingimento da meta, observados os parâmetros do glossário da Resolução CNJ nº 400, e, nesse sentido, os dados da série histórica.

As instalações hidráulicas são monitoradas e mantidas periodicamente pela Seção de Administração de Edifícios. No exercício 2022 foi concluída a instalação de dispositivos economizadores, a exemplo de válvulas de acionamento automático nos mictórios e torneiras com temporizador, levando a crer que os resultados em 2023 serão de estabilidade do indicador.

TEMA 3: GESTÃO DE RESÍDUOS

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE PAPEL

Descrição do indicador: Mede o percentual de resíduos de papel gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.

Justificativa: Implantar a gestão dos resíduos gerados nas dependências do TRE-MT.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Destinar adequadamente os resíduos de 20% do papel consumido nos anos de 2022 a 2024 para reciclagem, e 80% nos anos de 2025 e 2026.

Base histórica - Destinação de materiais recicláveis (Kg)

Reciclável	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Papel	1.975,68	0	0	0	0	3.920,00	1.475,00	5.751,40
Plástico	361,64	0	0	0	0	365,00	528,00	804,70
Metal	0	0	0	0	0	122,00	4.288,00	319,10
TOTAL	2.337,32	0	0	0	0	4.398,00	6.291,00	6.875,20

Destinação de Resíduos de Papel

Reciclável	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Papel	Percentuais escalonados	20%	20%	80%	80%	80%

Item	Plano de Ação
1	Promover a implantação da coleta seletiva com separação entre materiais orgânicos e materiais recicláveis, observada a legislação pertinente e a tabela de cores (ação 7.1)
2	Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados, especialmente dos recicláveis (ação 7.2)
3	Estimular que os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) tragam materiais recicláveis para terem destinação ambientalmente correta juntamente com os materiais produzidos no órgão (ação 7.3)
4	Monitorar os dados de descarte de resíduos e informá-los ao corpo funcional (ação 7.4)

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS PLÁSTICOS

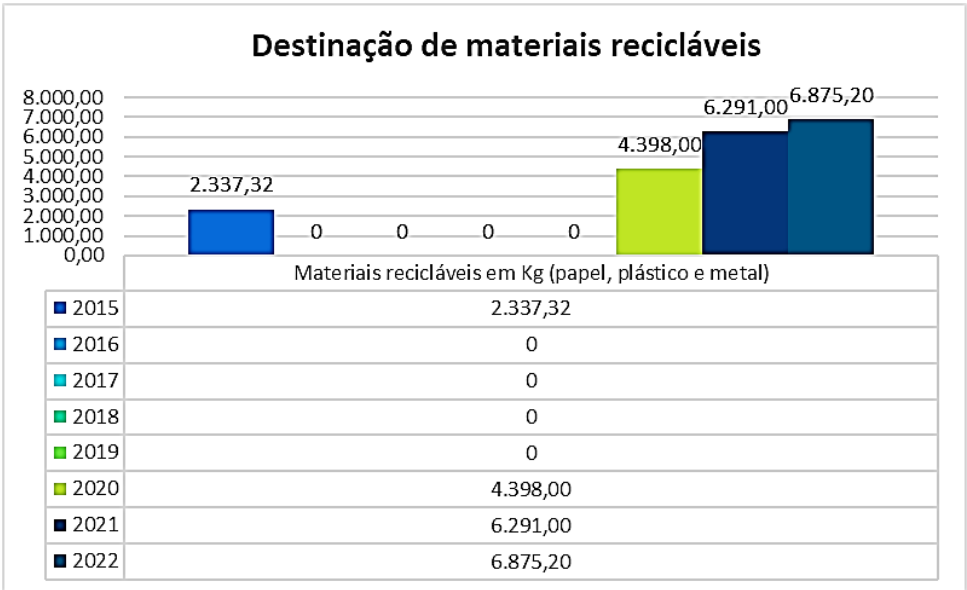
Descrição do indicador: Mede a quantidade de resíduos plásticos gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.

Justificativa: Implantar a gestão dos resíduos gerados nas dependências do TRE-MT.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Destinar adequadamente 20% dos resíduos plásticos das garrafas de água mineral descartáveis para reciclagem nos anos de 2022 a 2024, e 60% nos anos de 2025 e 2026.

Base histórica - Destinação de materiais recicláveis (Kg)								
Reciclável	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Plástico	361,64	0	0	0	0	365,00	528,00	804,70

Reciclável	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Plástico	Percentuais escalonados	20%	20%	20%	60%	60%



DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE LÂMPADAS

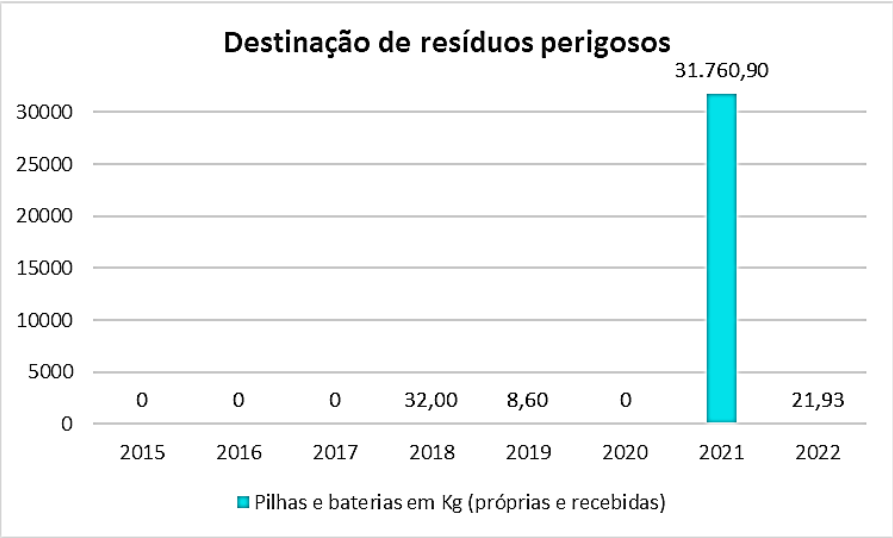
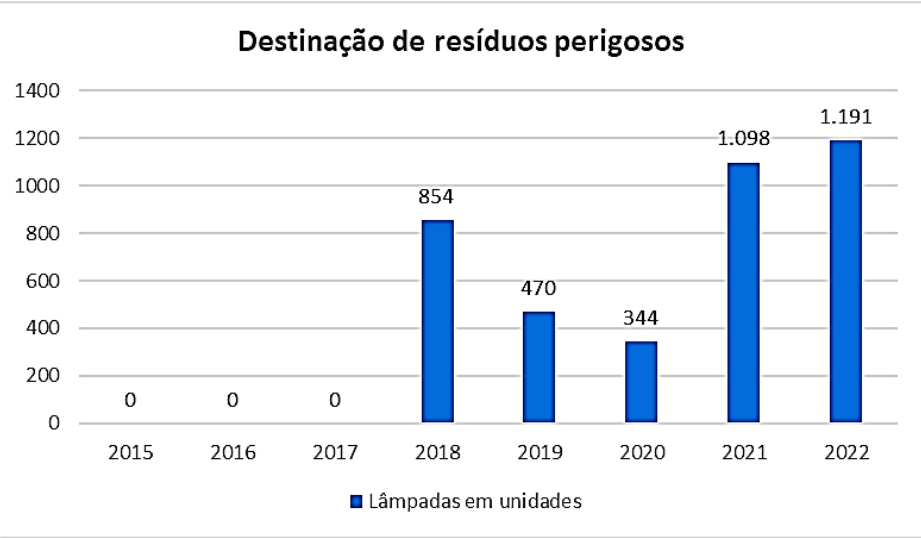
Descrição do indicador: Mede a quantidade de lâmpadas coletadas (unidades) no período e que foram encaminhadas à logística reversa (descontaminação) e destinadas adequadamente, observada a legislação vigente.

Justificativa: Implantar a gestão dos resíduos gerados nas dependências do TRE-MT.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Encaminhar 95% das lâmpadas coletadas no período para descontaminação (a medição não alcançará 100% devido às possíveis quebras).

Base histórica - Destinação de resíduos de lâmpadas (unidades)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NM	NM	NM	854	470	344	1.098	1.191

Resíduo	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Lâmpada	Percentuais escalonados	95%	95%	95%	95%	95%



DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE OBRAS E REFORMAS

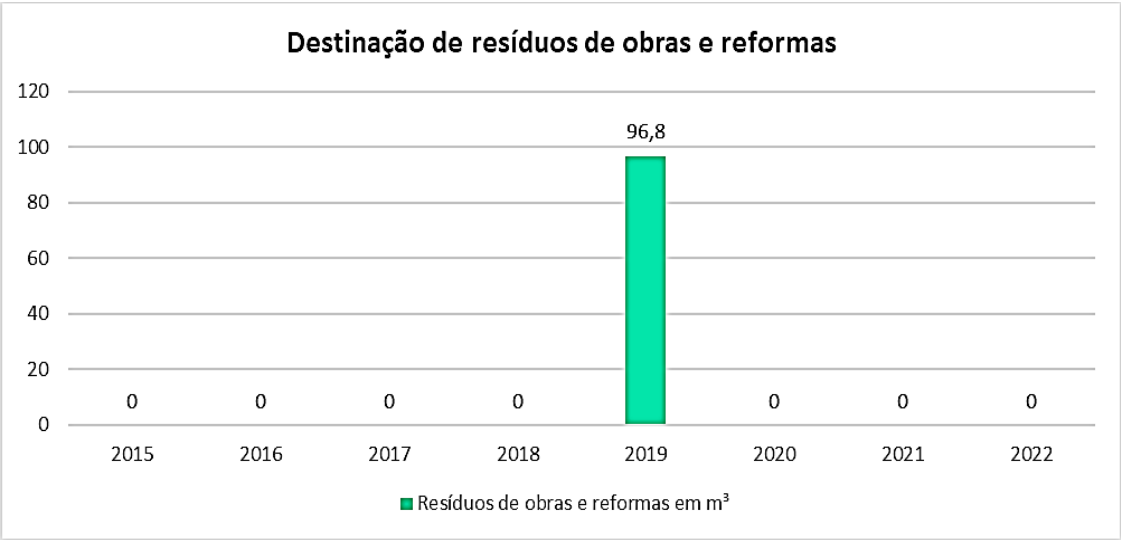
Descrição do indicador: Mede a quantidade e o peso de resíduos de obras ou reformas gerados no período e que tiveram a destinação adequada/reuso.

Justificativa: Implantar a gestão dos resíduos gerados nas dependências do TRE-MT.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Destinar 100% da quantidade de resíduos de obras ou de reformas gerados no período para o aterro de resíduos da construção civil, inclusive os encaminhados para reuso.

Base histórica - Destinação de resíduos de obras e reformas (m³)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NM	NM	NM	NM	96,80	0	0	0

Resíduo	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Sobras de obras e reformas	Percentuais escalonados	100%	100%	100%	100%	100%



DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS

Descrição do indicador: Mede a quantidade e o peso de resíduos eletroeletrônicos gerados no período e que tiveram a destinação adequada (excluem-se os resíduos de suprimento de impressão).

Justificativa: Implantar a gestão dos resíduos gerados nas dependências do TRE-MT.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Destinar 100% dos resíduos eletroeletrônicos gerados ao reaproveitamento ou a outra destinação ambientalmente correta em todo o período 2022-2026.

Base histórica - Destinação de resíduos eletroeletrônicos (Kg)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NM	NM	NM	NM	0	0	0	446,50

Resíduo	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Eletroeletrônico	Percentuais escalonados	100%	100%	100%	100%	100%

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO

Descrição do indicador: Mede a quantidade (unidades) de suprimentos de impressão coletada no período e que teve a destinação adequada.

Justificativa: Implantar a gestão dos resíduos gerados nas dependências do TRE-MT.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Destinar 100% dos resíduos de suprimentos de impressão gerados no período a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem.

Base histórica - Destinação de resíduos de suprimentos de impressão (Kg)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NM	NM	NM	NM	0	0	0	0

Resíduo	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Suprimento de impressão	Percentuais escalonados	100%	100%	100%	100%	100%

GESTÃO DE RESÍDUOS**Resultados alcançados / Desafios**

Em que pese a dificuldade quanto à gestão de resíduos, o TRE-MT tem procurado realizar adequadamente a separação dos resíduos recicláveis descartados (papelão, papel branco, garrafas pet, plásticos, pilhas, lâmpadas, etc) destinando, de maneira informal, tais materiais para associações e cooperativas de catadores, devido às tentativas frustradas de cadastramento de cooperativas de catadores.

Em 2022 ocorreram as seguintes ações pelo Tribunal:

1. Preparação pela Seção de Administração de Edifícios de um manual com vista a intensificar a campanha de orientação e estímulo na separação dos resíduos, que se encontra em fase final de ajustes, sendo uma das estratégias para aprimoramento da gestão de recicláveis, recebidos ou produzidos no Tribunal, buscando o descarte ecologicamente correto (SEI nº 06815.2021-3);
2. Disponibilização de coletores na sede do Tribunal para descarte de papel, metal e plástico, mantendo as coletas já implantadas de remédios, elétricos/eletrônicos e pilhas;
3. Adesão à campanha do Projeto Lunaar, da Associação Lunaar - Luta e União de Amigos para Animais em Risco, com disponibilização de ponto de coleta de embalagens aerossóis;
4. Encaminhamento de 151,40 kg de papel das eleições 2022 descartados pelos cartórios da Capital e Várzea Grande, destinando à associação de catadores;
5. Capacitação dos servidores do Tribunal, integrantes da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS), bem como aqueles lotados nas unidades executoras do PLS, na temática da mitigação dos gases de efeito estufa (GEE), em especial a diminuição da emissão do carbono e do metano nas atividades da instituição (SEI nº 05636.2022-6).

Para o exercício de 2023 pretende-se adotar o modelo exitoso de credenciamento de associações e cooperativas de catadores realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, processo de descarte por meio do qual o valor da venda dos recicláveis gerados pelo TRT23 foi doado para aquelas entidades, haja vista serem constituídas por pessoas físicas de baixa renda, que, não raro, vivem em situação de vulnerabilidade social. O compartilhamento das informações e arquivos digitais foi objeto de visita técnica realizada por representantes do TRE-MT em 4/11/2022.

No que se refere à destinação dos suprimentos de impressão, embora o atual modelo de contratação ainda não permita a verificação do volume de descarte e de reaproveitamento desses resíduos, referida comprovação, que constitui meta importante para o presente ciclo do PLS (2022-2026), já está em estudo no processo para contratação do novo sistema de *outsourcing* de impressão, reprografia e digitalização.

A percepção é de que o cenário para 2023 será de melhora na gestão dos resíduos pelo Tribunal, em face das várias iniciativas em estudo e em curso.

TEMA 4: REFORMAS E CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS**REFORMAS E CONSTRUÇÕES**

Descrição do indicador: Mede os gastos realizados com reformas para adequação de leiaute, incluídas as reformas de pequeno vulto (ação "219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União").

Justificativa: Registro e monitoramento dos gastos relacionados a reformas para que seja verificada sua real necessidade e avaliados critérios de priorização e otimização.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Neste ciclo do PLS/TRE-MT será feito apenas o acompanhamento de possíveis gastos, para a identificação do comportamento do indicador no âmbito do Tribunal.

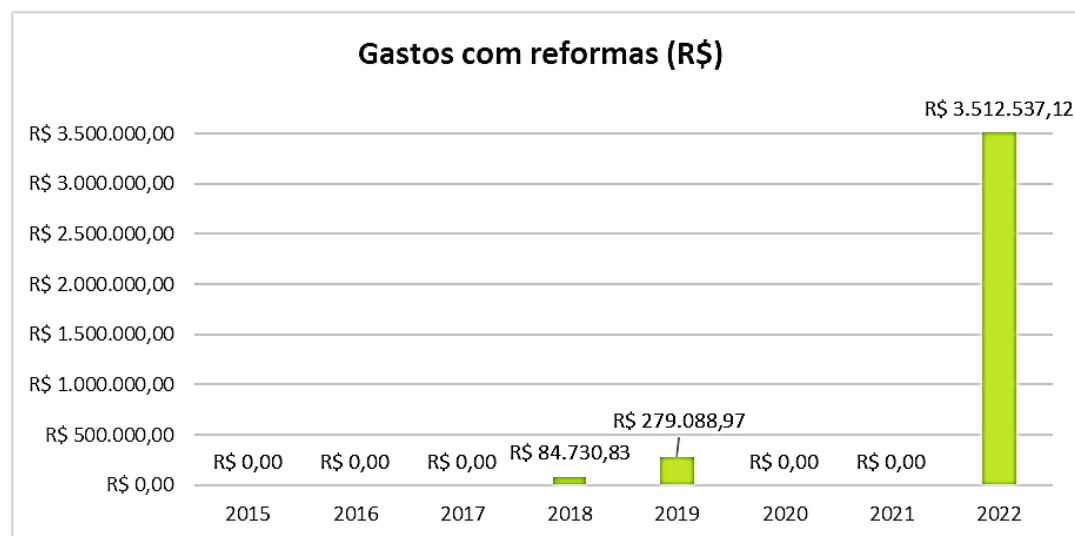
Não foi estabelecida meta no período, pois a abordagem do indicador por ora não alcança as atividades do TRE-MT, que realiza apenas intervenções obrigatórias e de manutenção nos imóveis próprios, seguindo orientação normativa da setorial orçamentária da Justiça Eleitoral.

Base histórica - Gastos com reformas (R\$ - valor nominal)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0,00	0,00	0,00	84.730,83	279.088,97	0,00	0,00	3.512.537,12

Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Gastos e consumo	Os gastos realizados com reformas para adequação de leiaute, incluídas as reformas de pequeno vulto, passaram a ser recentemente alocadas na ação "219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União", que contempla apenas intervenções obrigatórias e de manutenção nos imóveis próprios, seguindo orientação normativa da setorial orçamentária da Justiça Eleitoral.				

Item	Plano de Ação
1	Realizar levantamento anual de gastos com ações de manutenção e adaptação predial nas unidades (ação 8.1)
2	Implantar a rede <i>wi-fi</i> no ambiente corporativo (ação 8.2)



REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Resultados Alcançados / Desafios

No ano de 2022 foi realizado o retrofit do sistema de climatização do prédio-sede.

Essa intervenção teve como objetivo a modernização do sistema, a melhoria das condições de trabalho dos servidores, o aumento da eficiência energética e a consequente redução no consumo de energia elétrica. Os pormenores da contratação se encontram compilados no SEI nº 10289.2020-0.

Como especificado na meta de longo prazo, será realizado apenas o acompanhamento do indicador no âmbito do TRE-MT, para entender o comportamento ao longo do ciclo 2022-2026, haja visto que este Regional realiza apenas intervenções obrigatórias e de manutenção nos imóveis próprios seguindo orientação normativa da setorial orçamentária da Justiça Eleitoral.

No entanto, como tais intervenções devem atender aos parâmetros da Resolução CNJ nº 114/2010, que, dentre outras disposições, estabelece critérios quanto à necessidade de construção ou reforma de edifícios para a instalação de seus serviços, faz-se necessário tal monitoramento, principalmente sob a ótica de preservação dos prédios próprios da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, para o posterior e adequado estabelecimento de metas.

TEMA 5: UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**TELEFONIA FIXA**

Descrição do indicador: Mede o percentual de racionalização da despesa com telefonia fixa, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Racionalizar o gasto com serviços de telefonia e orientar a Instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo.

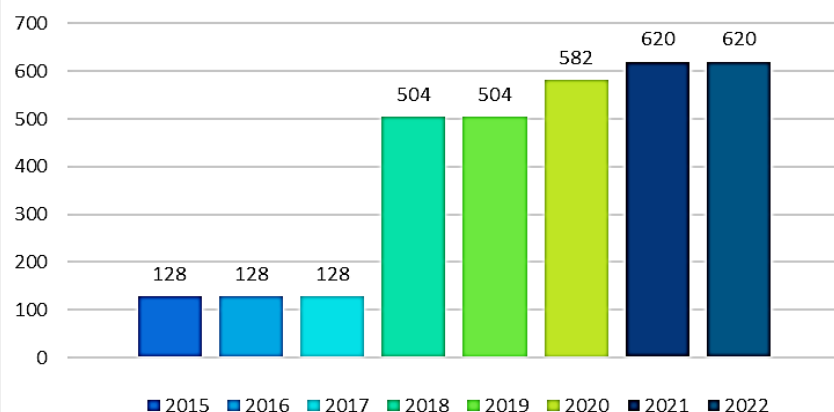
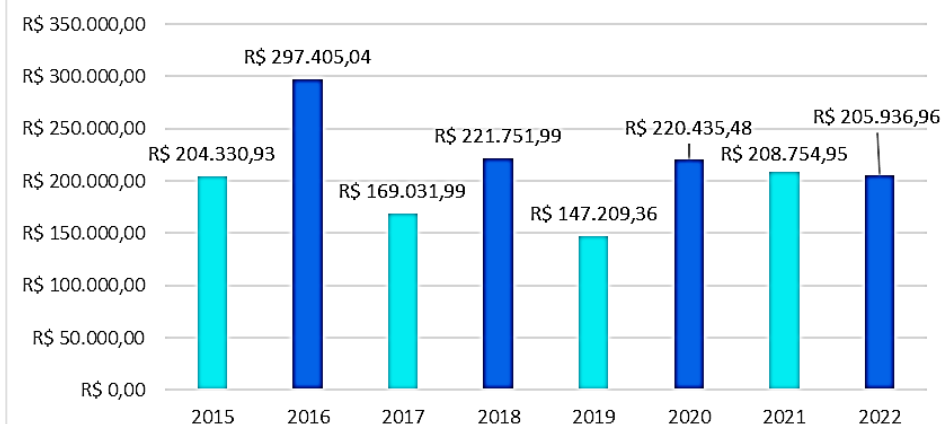
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir, até 2026, o gasto com telefonia fixa em 6% nos anos eleitorais e 4% nos anos não eleitorais.

Base histórica - Gastos de telefonia fixa (R\$ - valor nominal)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
204.330,93	297.405,04	169.031,99	221.751,99	147.209,36	220.435,48	208.754,95	205.936,96

Base histórica - Total de linhas de telefonia fixa

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
128	128	128	504	504	582	620	620

Total de linhas de telefonia fixa**Gastos de telefonia fixa (R\$)**

TELEFONIA FIXA						
Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	2%	4%	4%	6%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	217.316,95	144.265,17	212.881,91	141.320,99	208.446,87

TELEFONIA MÓVEL

Descrição do indicador: Mede o percentual de racionalização da despesa com telefonia móvel, observadas as séries históricas correlatas.

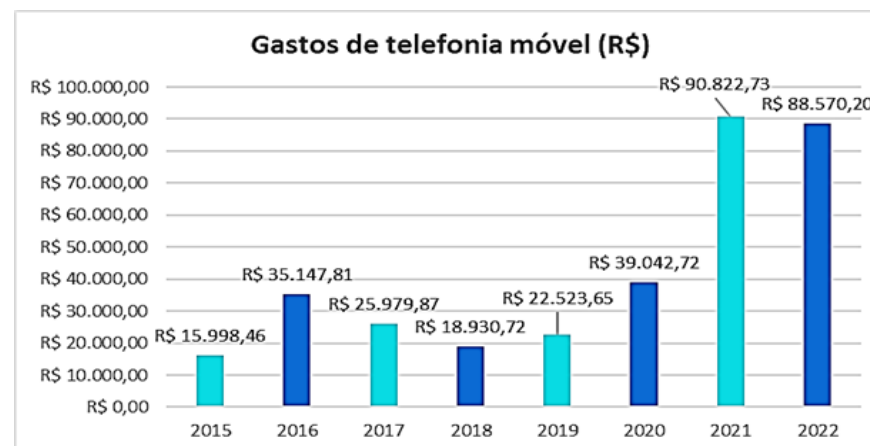
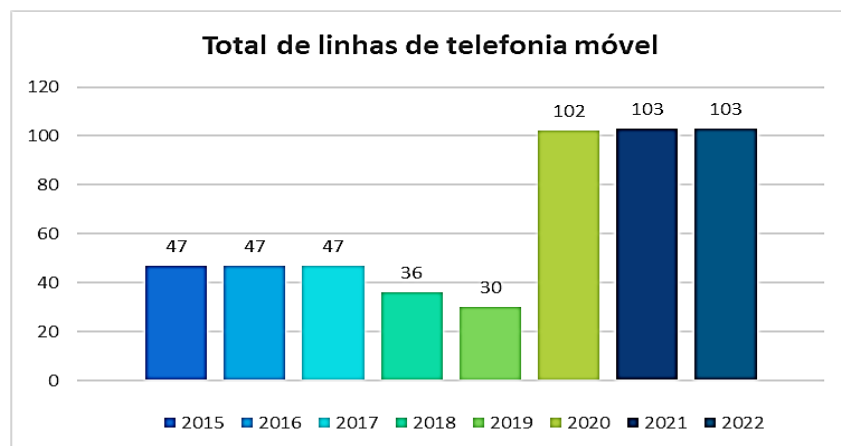
Justificativa: Racionalizar o gasto com serviços de telefonia e orientar a Instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Manter o gasto com telefonia móvel a partir de 2021, em virtude da implementação dos serviços de telefonia móvel em todos os cartórios eleitorais de Mato Grosso. As metas poderão ser estabelecidas somente a partir de 2023, haja vista que as séries históricas serão iniciadas em 2021 e 2022.

Base histórica - Gastos de telefonia móvel (R\$ - valor nominal)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
15.998,46	35.147,81	25.979,87	18.930,72	22.523,65	39.042,72	90.822,73	88.570,20

Base histórica - Total de linhas de telefonia móvel							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
47	47	47	36	30	102	103	103

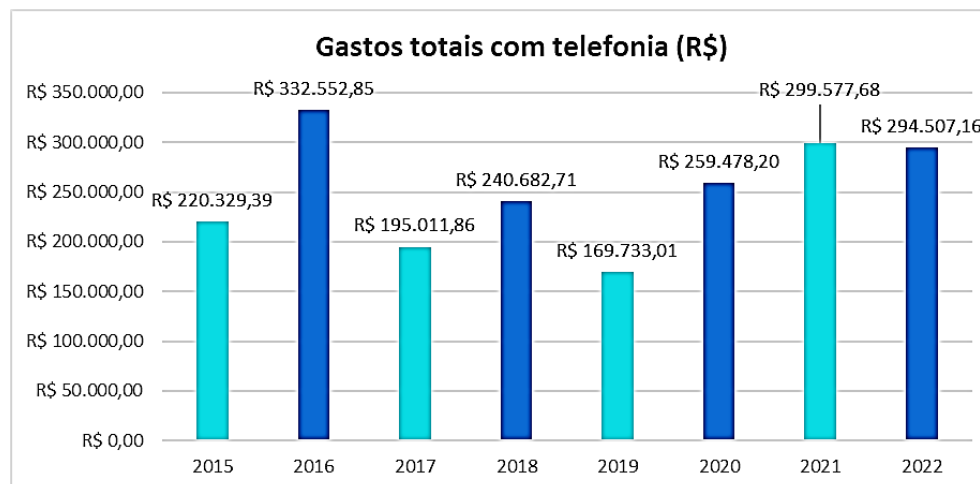
Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Gastos	As metas poderão ser estabelecidas somente a partir de 2023, haja vista que as séries históricas serão iniciadas em 2021 e 2022, em virtude da implementação dos serviços de telefonia móvel em todos os cartórios eleitorais de Mato Grosso.				



SERVIÇOS DE TELEFONIA

Base histórica - Gastos totais com telefonia (R\$ - valor nominal)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
220.329,39	332.552,85	195.011,86	240.682,71	169.733,01	259.478,20	299.577,68	294.507,16



SERVIÇOS DE TELEFONIA	
Item	Plano de Ação
1	Implantar tecnologia VoIP (<i>Voice over Internet Protocol</i>), em todos os ramais telefônicos da sede e manter um ramal VoIP em cada cartório eleitoral (ação 11.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 11.2)
Resultados Alcançados / Desafios	

No ano de 2022 os gastos com a telefonia fixa diminuíram, mesmo sendo um ano eleitoral, gastou-se **7,13% menos** que em 2018. O fator primordial que colaborou para tal redução foi o uso de aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp) e chamada de voz, por serem mais ágeis.

Inversamente, na telefonia móvel houve **aumento de 367,86%** comparativamente a 2018, devido à necessidade de melhorar o pacote de dados para o uso de mensagens instantâneas e chamada de voz, prática que teve que ser massificada no período da pandemia da Covid-19 e que parece ter se sedimentado para longo prazo.

A perspectiva para 2023 é de melhora dos resultados da telefonia fixa, pois com o uso frequente de aplicativos de mensagens instantâneas a tendência é diminuição do uso da telefonia convencional.

Em que pese a composição da nova série histórica de telefonia móvel ter se completado em 2022, para a fixação das metas dos próximos anos, é preciso registrar que o comportamento do indicador ainda deverá passar por eventuais ajustes, em virtude desse novo e recente cenário de implementação dos serviços de telefonia móvel em todas as unidades cartorárias eleitorais do Estado.

TEMA 5: UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**SERVIÇOS DE LIMPEZA**

Descrição do indicador: Mede o percentual de racionalização da despesa com serviços de limpeza, observadas as séries históricas correlatas.

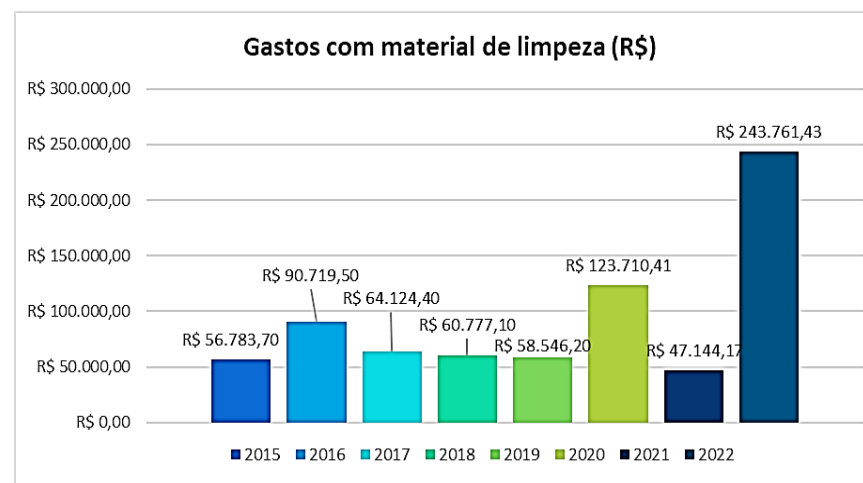
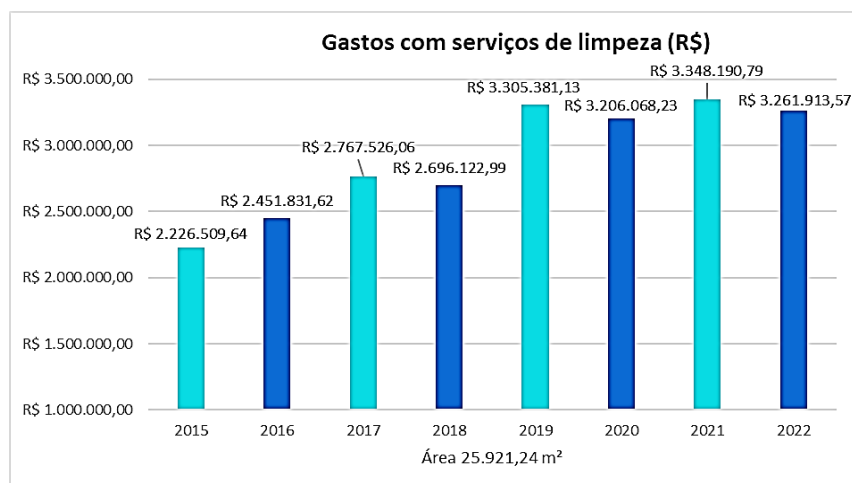
Justificativa: Otimizar o processo de contratação dos serviços de limpeza, incluindo critérios de sustentabilidade.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aferir o cumprimento dos critérios de sustentabilidade nos contratos de limpeza.

Base histórica - Gastos com limpeza (R\$ - valor nominal)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
2.226.509,64	2.451.831,62	2.767.526,06	2.696.122,99	3.305.381,13	3.206.068,23	3.404.001,79	3.261.913,57

Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Gastos	Os gastos realizados com contratos de limpeza já atingiram o seu ponto de equilíbrio, seguindo orientações da setorial orçamentária da Justiça Eleitoral. Neste ciclo do PLS/TRE-MT será feito apenas o acompanhamento dos gastos para a estruturação de estudos visando a racionalização dos recursos e a inserção de critérios de sustentabilidade.				



MATERIAL DE LIMPEZA

Descrição do indicador: Mede o percentual de racionalização de gastos com material de limpeza, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Otimizar o processo de contratação dos serviços de limpeza, incluindo critérios de sustentabilidade.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir os gastos com material de limpeza em 6% nos anos eleitorais e 4% nos anos não eleitorais, até 2026.

Base histórica - Gastos com limpeza (R\$ - valor nominal)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
56.783,70	90.719,50	64.124,40	60.777,10	58.546,20	123.710,41	47.144,17	R\$ 243.761,43

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	2%	4%	4%	6%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	104.600,99	55.200,56	102.466,27	54.074,02	100.331,56

LIMPEZA

Item	Plano de Ação
1	Acompanhar o contrato de limpeza para promover observância aos critérios de sustentabilidade (ação 9.1)
2	Reduzir o consumo de itens de materiais de limpeza utilizados na manutenção predial (ação 9.2)

Resultados alcançados / Desafios

Comparando o ano 2022 (ano eleitoral) com o ano de 2020 (ano também eleitoral) verificou-se um **aumento de 128%** no gasto com material de limpeza, causado pelo incremento no valor dos materiais, bem como a maior higienização dos equipamentos e estações de trabalho, ainda como reflexo da pandemia da Covid-19. Nesse quesito, entende-se que não haverá como voltar atrás pois ficou bem claro a importância da higienização na prevenção de doenças.

Como exemplo, tem-se o quantitativo de consumo de álcool, por meio do qual verificou-se um aumento de 71,55% na quantidade consumida e um aumento de 72,94% no valor gasto com esse material. Por outro lado, verificou-se uma redução na quantidade e no valor gasto com saco plástico para lixo 100 litros, de 340 para 286 unidades.

Para 2023 vislumbra-se estabilidade nessa demanda de consumo, considerando que a metragem de área para limpeza, altera-se pouco no decorrer do ano. Necessária campanha de esclarecimentos junto às empresas contratadas para capacitação dos funcionários quanto a racionalização dos materiais, bem como o impulsionamento de proposta para alteração na forma de medição, pela quantidade de material consumida.

TEMA 5: UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA**

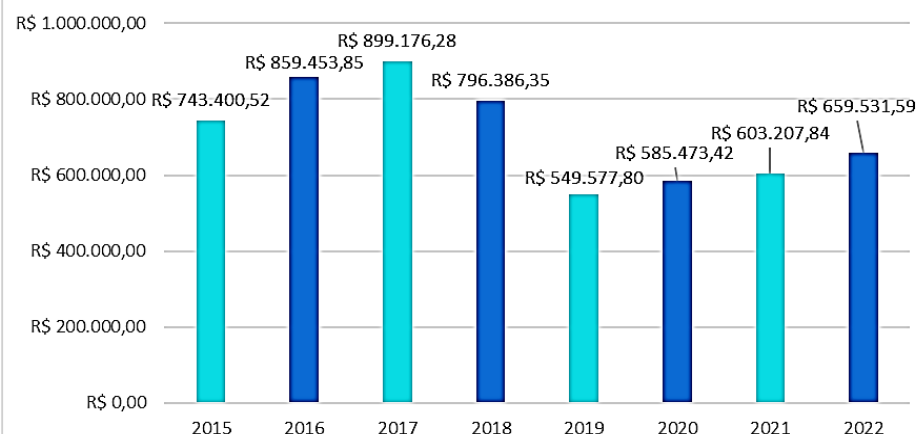
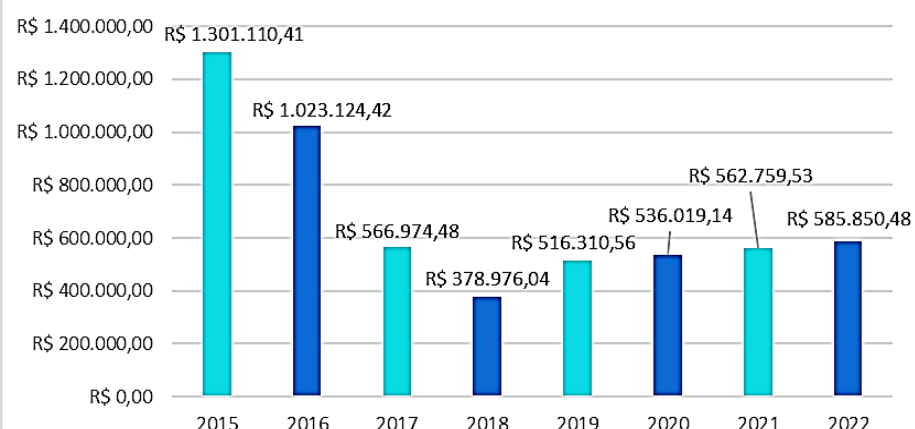
Descrição do indicador: Mede os gastos com serviços de vigilância armada, desarmada e eletrônica, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Racionalizar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos e uso de tecnologias de apoio, sem comprometimento dos padrões de segurança. Medir os gastos com a vigilância e melhorar a eficiência na gestão do contrato.

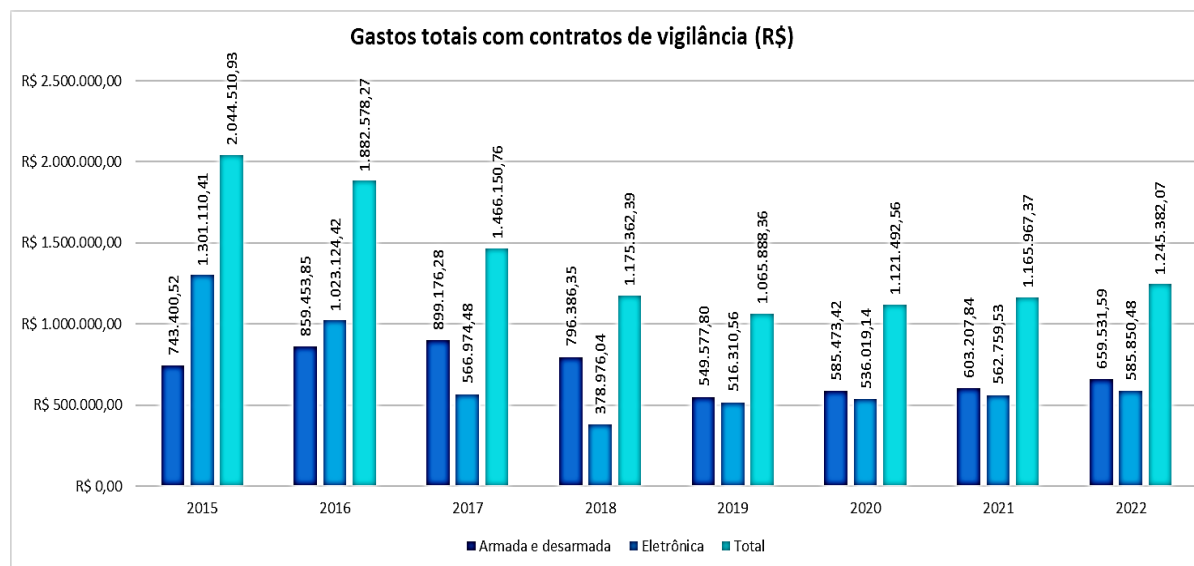
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Neste ciclo do PLS/TRE-MT terão que ser implementados estudos visando a racionalização dos recursos aplicados nesse tipo de contratação.

Base histórica - Gastos totais com contratos de vigilância (R\$ - valor nominal)

Tipo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ostensiva	743.400,52	859.453,85	899.176,28	796.386,35	549.577,80	585.743,42	603.207,84	659.531,59
Eletrônica	1.301.110,41	1.023.124,42	566.974,48	378.976,04	516.310,56	536.019,14	562.759,53	585.850,48
TOTAL	2.044.510,93	1.882.578,27	1.466.150,76	1.175.332,39	1.065.888,36	1.121.492,56	1.165.967,37	1.245.382,07

Gastos com contratos de vigilância ostensiva (R\$)**Gastos com contratos de vigilância eletrônica (R\$)**

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA					
Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Gastos	Os gastos realizados com os contratos de vigilância armada, desarmada e eletrônica já atingiram o seu ponto de equilíbrio, seguindo orientações da setorial orçamentária da Justiça Eleitoral. Neste ciclo do PLS/TRE-MT será feito apenas o acompanhamento dos gastos para a estruturação de estudos visando a racionalização dos recursos.				



Item	Plano de Ação
1	Monitorar os dados dos contratos de vigilância (ação 10.1)
Resultados alcançados / Desafios	

O contrato contempla 4 postos de vigilância armada na sede (2 diurnos e 2 noturnos – 12h x 36h) e 2 vigilantes desarmados (1 na recepção da sede e 1 na recepção da Casa da Democracia – regime 44 horas semanais).

No exercício 2022, houve incremento de despesas com vigilância ostensiva em razão da instalação de 1 posto de vigilância ostensiva noturna na sede do cartório da 46ª ZE, município de Rondonópolis, conforme determinado pela Administração do TRE/MT/MT (SEI nº 00426.2022-8). Com esse aditivo foram consumidos R\$ 55.212,32.

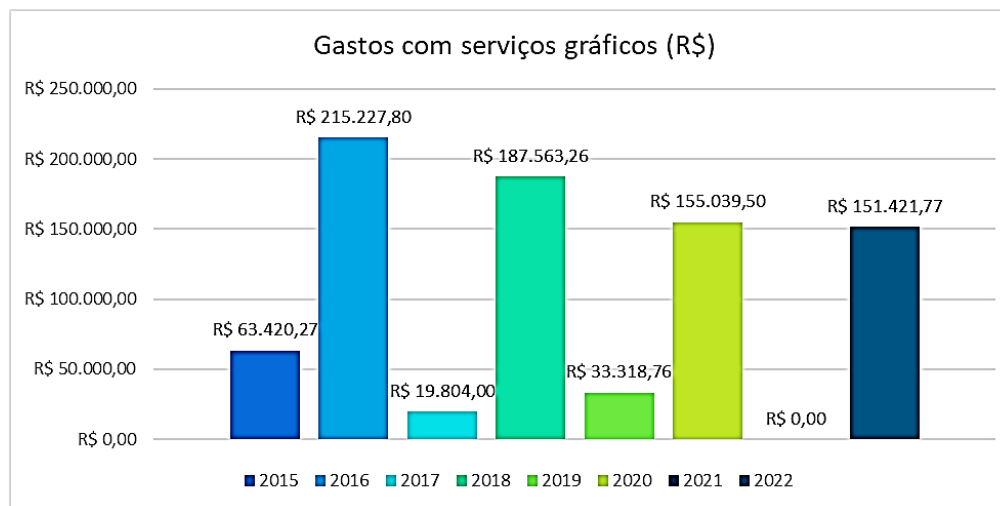
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

Considerando as Eleições 2022, cujas atividades da Secretaria e Casa da Democracia mantêm-se em horário estendido, com plantões nos feriados e fins de semana, houve necessidade de acréscimo de 1 posto de vigilante 44 horas/semanais e despesas com horas extras para os postos de 44/h para plantão nesses locais. Total dessas despesas: R\$ 25.254,12.

Demais incrementos referem-se a atualizações contratuais próprias dos acordos coletivos de trabalho (vigilância ostensiva) ou reajuste por índice anual contratualmente previsto (vigilância eletrônica), tendo, as referidas contratações, sofrido impacto da ordem de +9,34% na vigilância ostensiva e +7,89% na vigilância eletrônica.

Comparativamente ao exercício de 2018, ano eleitoral tomado como comparativo dada a atipicidade de 2020 (pandemia da Covid-19), as despesas totais com vigilância representam **+14,62% nos gastos totais em 2022**, impulsionado principalmente pelo posto noturno instalado na 46ª ZE/Rondonópolis e incremento das eleições.

Diante da contextualização acima, verifica-se acertada a meta de longo prazo de implementar estudos visando a racionalização dos recursos aplicados nas contratações de vigilância, haja vista que desde a edição do PLS/TRE-MT fora detectado que a contratação dos serviços de vigilância já haviam chegado ao ponto de equilíbrio e de racionalização de recursos, em observância às orientações da setorial orçamentária da Justiça Eleitoral.



SERVIÇOS GRÁFICOS

Resultados alcançados / Desafios

Comparando o ano de 2022 (ano eleitoral) com o ano de 2018 (ano eleitoral) verificou-se uma **redução de 19,26%** no gasto com esse tipo de serviço.

Apesar de ainda não ter sido estabelecido uma meta para 2022, é notável a redução dos gastos, contratando-se exclusivamente o necessário para o funcionamento dos serviços.

Embora os valores dos serviços subam consideravelmente com o passar dos anos, os gastos do TRE-MT diminuíram consideravelmente, comprovando a preocupação com a sustentabilidade e com os gastos públicos. Para 2023 vislumbra-se estabilidade nos resultados desse indicador, e consequente estabelecimento das metas para os próximos anos do PLS/TRE-MT 2022-2026.

TEMA 6: TRANSPORTE SUSTENTÁVEL DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS

QUANTIDADE DE VEÍCULOS MOVIDOS A COMBUSTÍVEIS EXCLUSIVAMENTE FÓSSEIS

Descrição do indicador: Mede o percentual de veículos próprios da frota do TRE-MT movidos exclusivamente a combustíveis fósseis.

Justificativa: Racionalizar o uso de veículos e os custos operacionais de deslocamentos, observando critérios de sustentabilidade, de modo a melhorar a gestão da mobilidade do TRE-MT e os gastos com a frota oficial.

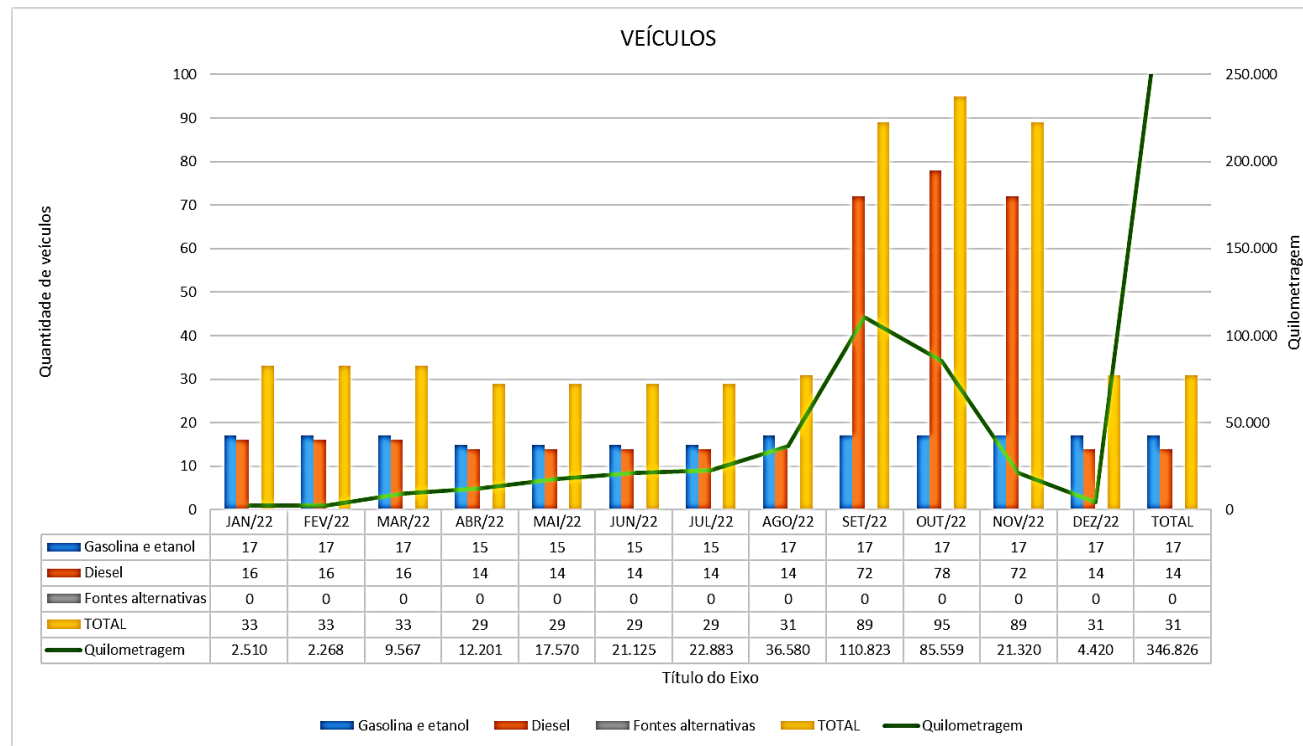
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir em 25% o tamanho da frota de veículos próprios movidos exclusivamente a combustíveis fósseis (gasolina e diesel) no período 2022-2026.

Base histórica - Quantidade total de veículos								
Veículos por tipo de combustível	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Gasolina	10	6	6	6	6	6	6	6
Flex	15	17	17	19	11	11	11	11
Diesel	16	19	19	19	15	16	16	14
Total	33	42	42	44	32	33	33	31

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	5%	10%	15%	20%	25%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	21	20	19	18	17

VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS

Item	Plano de Ação
1	Planejar e otimizar as rotas dos veículos (ação 12.1)
2	Reduzir o tamanho da frota de veículos próprios (ação 12.2)
3	Promover a lavagem ecológica (ecolavagem ou biolavagem) dos veículos (ação 12.3)
4	Adquirir veículos com etiquetagem de eficiência energética – Selo Procel “A” (ação 12.4)
5	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 12.5)



QUANTIDADE DE USUÁRIOS POR VEÍCULOS DE SERVIÇO

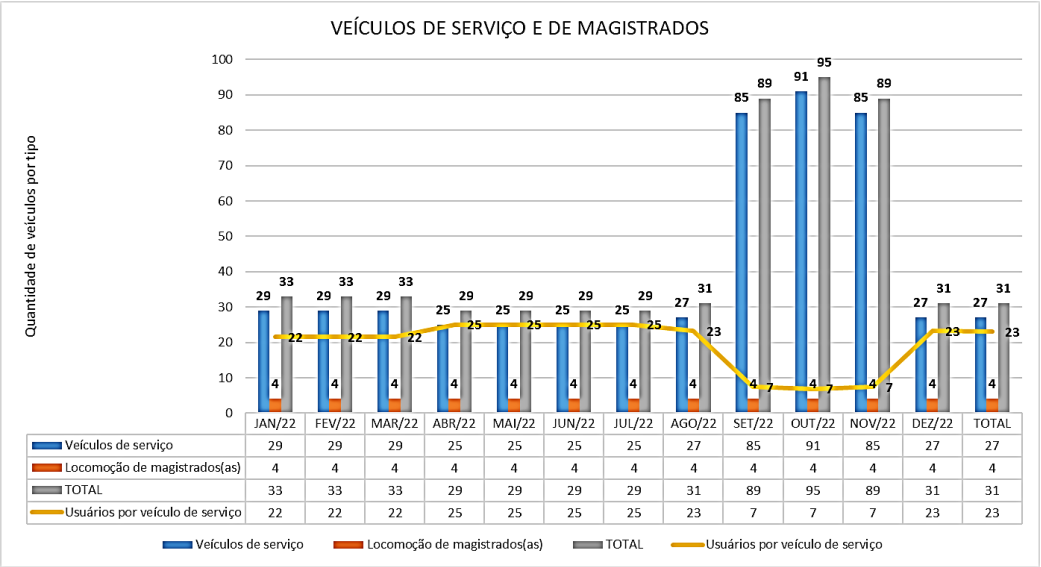
Descrição do indicador: Mede a quantidade de usuários por veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais.

Justificativa: Racionalizar o uso de veículos e os custos operacionais de deslocamentos, observando critérios de sustentabilidade, de modo a melhorar a gestão da mobilidade do TRE-MT e os gastos com a frota oficial.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% os usuários por veículos de serviço até 2026.

Base histórica – Usuários por veículo de serviço (UVs)						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
18	18	18	7	24	22	18

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	8	25	8	26	8



GASTOS COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

Descrição do indicador: Mede os gastos com manutenção de veículos, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Racionalizar o uso de veículos e os custos operacionais de deslocamentos, observando critérios de sustentabilidade, de modo a melhorar a gestão da mobilidade do TRE-MT e os gastos com a frota oficial.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir os gastos com manutenção de veículos, em 15% nos anos eleitorais e 10% nos anos não eleitorais.

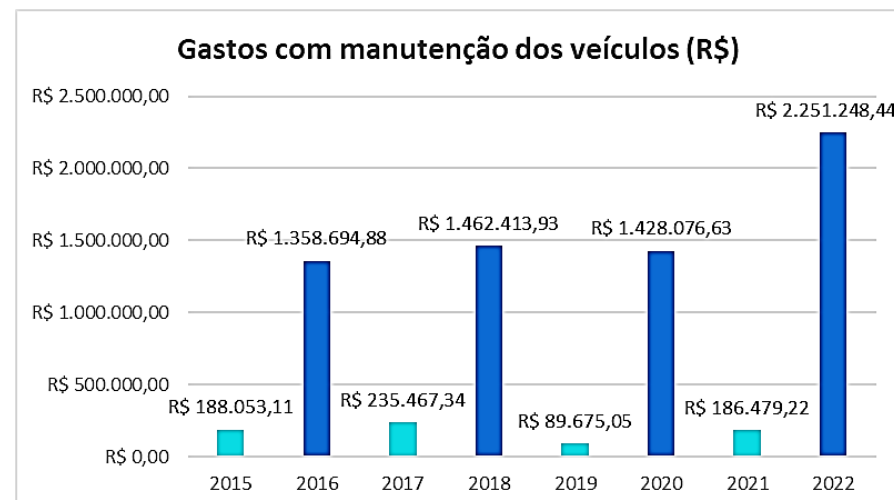
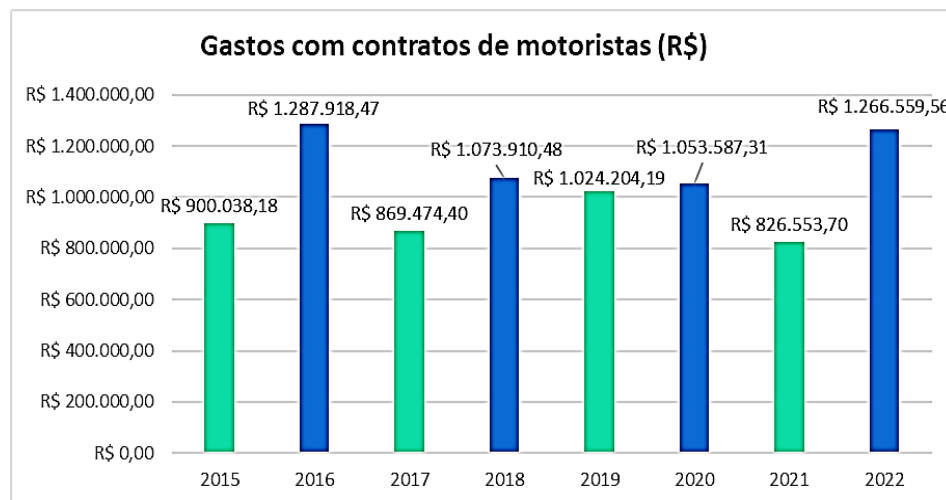
Base histórica – Gastos com manutenção dos veículos (R\$ - valor nominal)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
136.180,08	1.358.694,88	235.467,34	1.462.413,93	89.675,05	1.428.076,63	186.479,22	2.251.248,44
Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026	
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	5%	5%	10%	10%	15%	
2017 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	1.389.293,23	223.693,97	1.316.172,54	211.920,61	1.243.051,84	

GASTOS COM CONTRATOS DE MOTORISTAS

Descrição do indicador: Mede os gastos com contratos de motoristas, observadas as séries históricas correlatas.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir os gastos com contratos de motoristas em 10% até 2026.

Base histórica - Gastos com contratos de motoristas (R\$ - valor nominal)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
900.038,18	1.287.918,47	869.474,40	1.073.910,48	1.024.204,19	1.053.587,31	826.553,70	1.266.559,56
Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026	
2020 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%	
2021 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	1.032.515,56	793.491,55	990.372,07	760.429,40	948.228,58	



VEÍCULOS

Resultados Alcançados / Desafios

O TaxiGov - em que pesem diversos estudos preliminares realizados - não recebeu a adesão desejada do mercado de transporte de passageiros de Cuiabá e Várzea Grande.

Seja devido à cultura local resistente a mudanças e novas implantações, seja pela alta concorrência no transporte privado de pessoas na região, que causa o desinteresse dos motoristas em adentrar na esfera pública de prestação de serviço, o que por medida que se impõe, gera muito mais burocracia do que o serviço prestado a particulares.

O certo é que não só em Mato Grosso, mas em outras capitais do país, o TaxiGov não surtiu o efeito desejado. Pode-se considerar também os efeitos da pandemia neste projeto, que após o registro do preço do quilômetro rodado, veio a elevação abrupta do preço dos combustíveis, tornando a contratação impraticável.

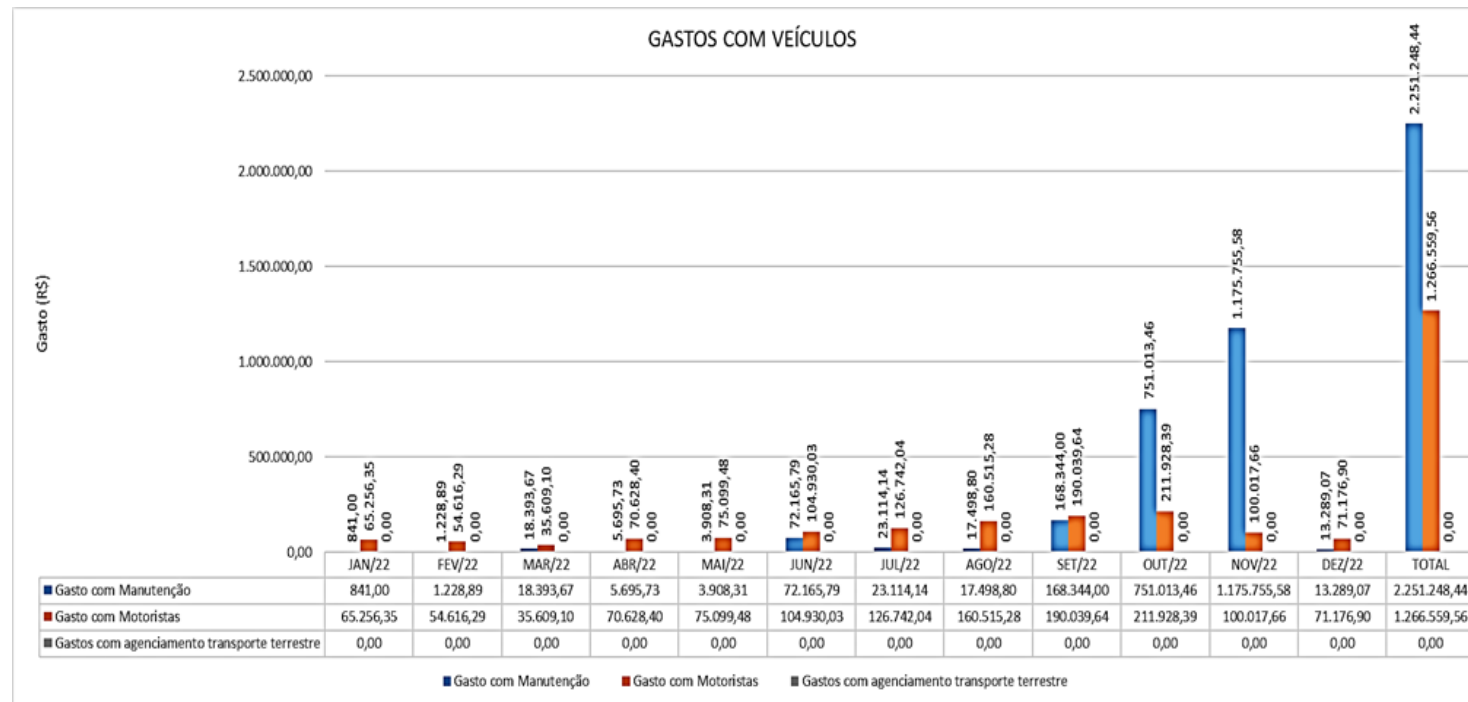
Outras medidas racionais de economicidade estão sendo implantadas continuamente, mediante verificação diária das necessidades da Seção de Transportes, a exemplo do planejamento das rotas semelhantes. São condensadas num único deslocamento demandas que podem ser atendidas pela mesma estrutura (veículo e motorista) sem que haja prejuízo ao serviço.

Desta maneira economiza-se recursos humanos e financeiros, pois é empregado menos combustível, menos desgaste de carro e mesma mão de obra. Noutro plano, o preço dos combustíveis é analisado semanalmente na cidade, de forma a abastecer a frota com o insumo mais barato naquele período, diante da sua variação de valor dinâmica. Assim, as mudanças de preços são acompanhadas, mantendo o gasto mais otimizado possível.

VEÍCULOS**Resultados Alcançados / Desafios**

Cumprir pontuar os efeitos da Resolução TRE-MT nº 2.742 que dispõe sobre a concessão de alimentação e transporte aos eleitores indígenas inscritos nos locais de votação específica, nas Eleições Gerais – 2022, SEI nº 06339.2022-3.

Por meio do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), foram computados cerca de 18.750 litros de combustível no exercício de 2022 para emprego junto aos indígenas. Sem dúvida, o impacto desta ação nos indicadores e metas foi significativo, impossibilitando o alcance do objetivo de redução pretendido, circunstância que se tornou um ponto de atenção para as metas dos anos eleitorais subsequentes.



TEMA 6: TRANSPORTE SUSTENTÁVEL DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS**QUILOMETRAGEM**

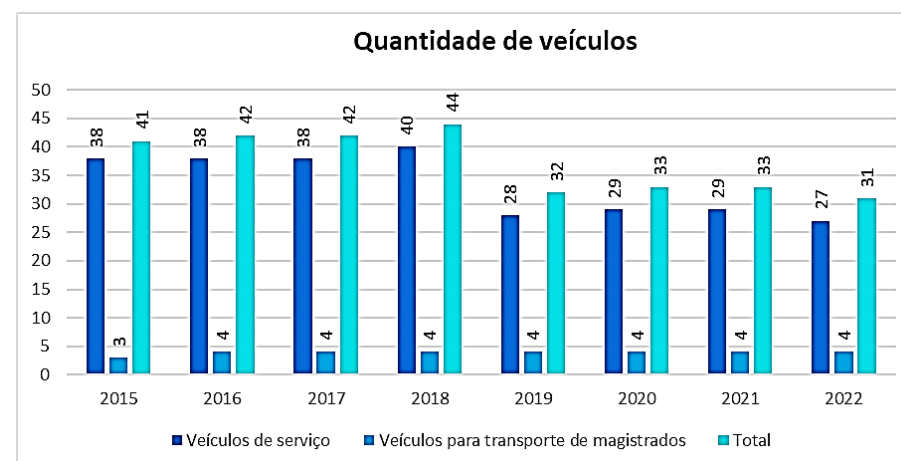
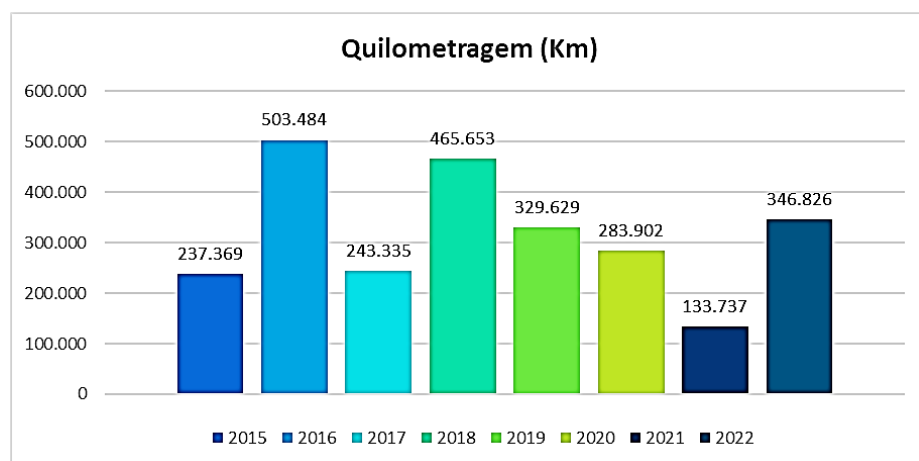
Descrição do indicador: Mede a racionalização da quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados., observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Racionalizar o uso de veículos e os custos operacionais de deslocamentos, observando critérios de sustentabilidade, de modo a melhorar a gestão da mobilidade do TRE-MT e os gastos com a frota oficial.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Racionalizar, até 2026, o uso de veículos em 15% nos anos eleitorais e 10% nos anos não eleitorais.

Base histórica – Quilometragem (Km)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
237.369	503.484	243.335	465.653	329.629	283.902	133.737	346.826

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	456.340	316.444	437.714	303.259	419.088



COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

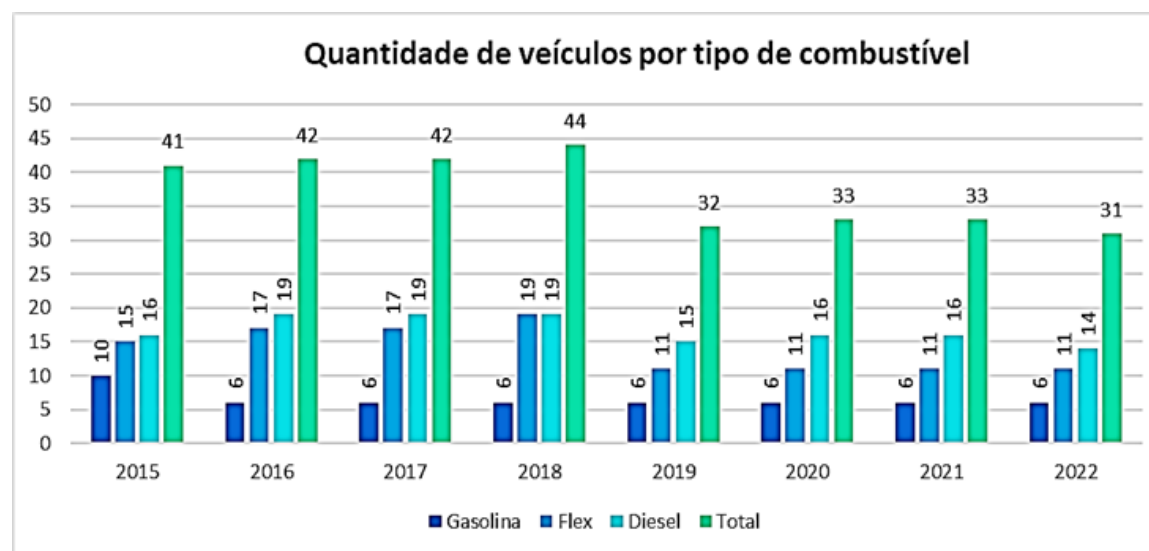
Descrição do indicador: Mede o consumo de gasolina e de diesel da frota, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Otimizar o consumo, os gastos e reduzir a emissão de substâncias poluentes.

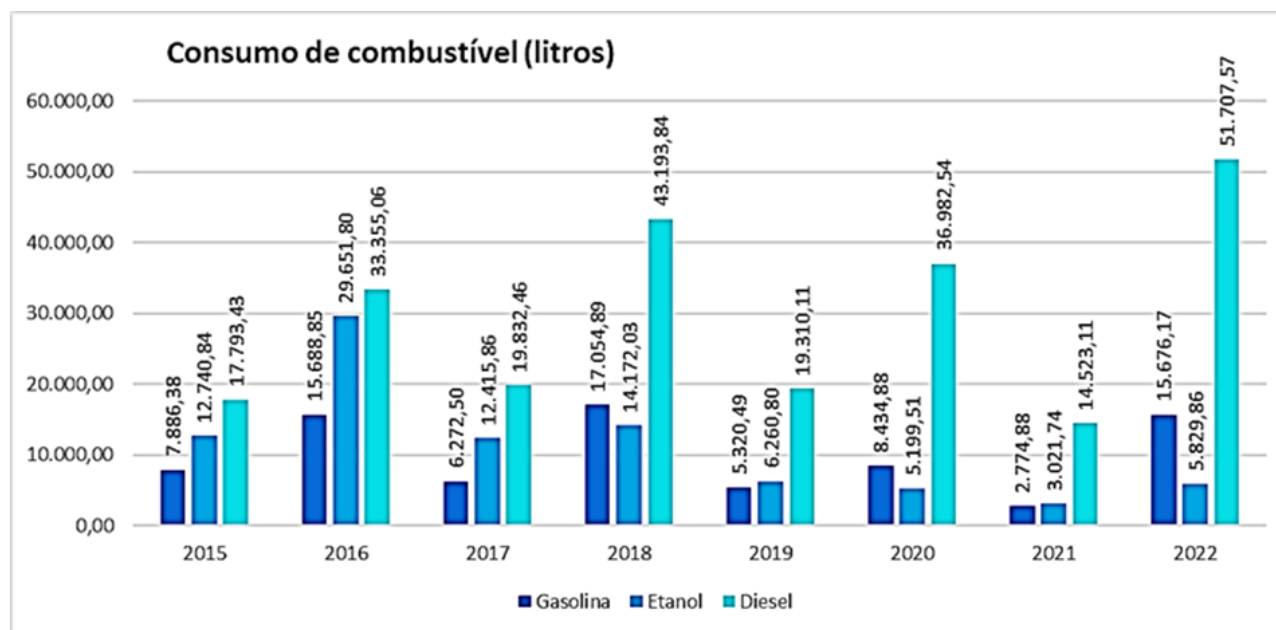
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir gradativamente o consumo de combustíveis fósseis até o final de 2026, sendo em 10% no consumo de gasolina e 15% no consumo de diesel.

Base histórica - Consumo de combustível (litros)

Combustível	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Gasolina	7.886,38	15.688,85	6.272,50	17.054,89	5.320,49	8.434,88	2.774,88	15.676,17
Etanol	12.740,84	29.651,80	12.415,86	14.172,03	6.260,80	5.199,51	3.021,74	5.829,86
Diesel	17.793,43	33.355,06	19.832,46	43.193,84	19.310,11	36.982,54	14.523,11	51.707,57
TOTAL	38.421,00	78.695,71	38.520,82	74.420,76	30.891,40	50.616,92	20.319,73	73.213,60



COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS							
Linha de Base	Combustível	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Gasolina	Percentuais escalonados	2%	4%	2%	4%	2%
		Meta quantitativa	16.713,79	5.107,67	16.379,51	4.903,36	16.051,92
2019 (anos não eleitorais)	Diesel	Percentuais escalonados	3%	6%	9%	12%	15%
		Meta quantitativa	41.898,02	18.151,50	39.306,39	16.992,90	36.714,76



GASTOS COM COMBUSTÍVEIS

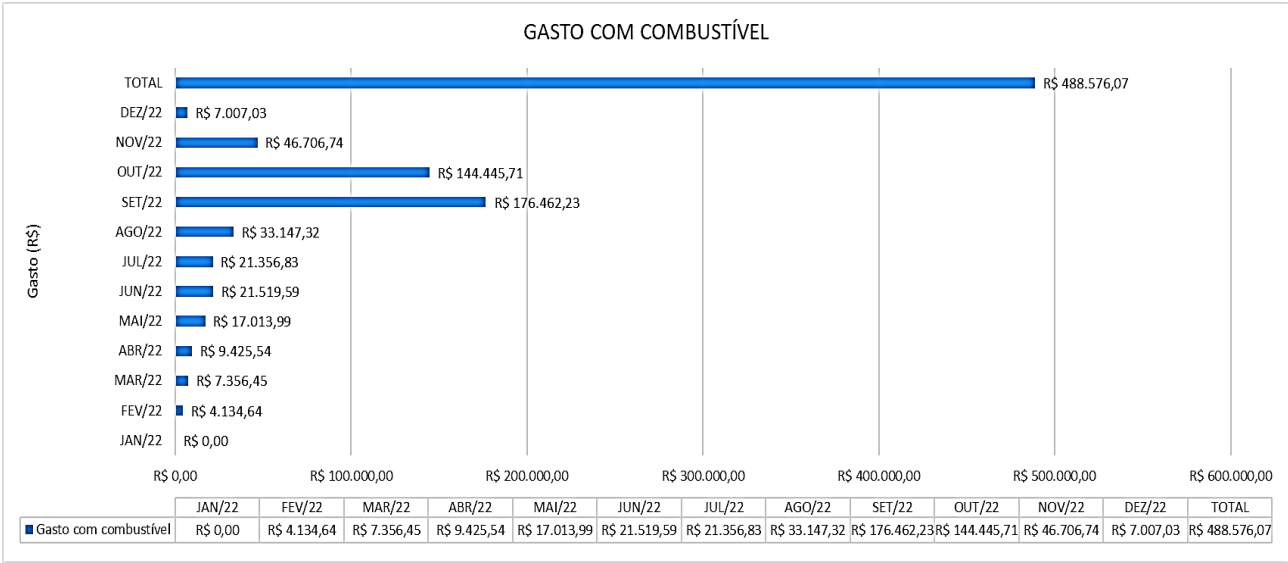
Descrição do indicador: Mede a variação dos gastos com combustíveis (álcool, gasolina e diesel), observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Racionalizar o uso de veículos e os custos operacionais de deslocamentos, observando critérios de sustentabilidade, de modo a melhorar a gestão da mobilidade do TRE-MT e os gastos com a frota oficial.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Reduzir em 10% os gastos com combustíveis (álcool, gasolina e diesel) até 2026.

Base histórica - Gastos com combustíveis (R\$ - valor nominal)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EC	EC	EC	EC	EC	EC	EC	488.576,07

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	As metas quantitativas serão estruturadas após levantamento da série histórica, para posterior avaliação qualitativa dos gastos realizados com tais despesas.				



VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS	
Item	Plano de Ação 12
1	Planejar e otimizar as rotas dos veículos (ação 12.1)
2	Reduzir o tamanho da frota de veículos próprios (ação 12.2)
3	Promover a lavagem ecológica (ecolavagem ou biolavagem) dos veículos (ação 12.3)
4	Adquirir veículos com etiquetagem de eficiência energética – Selo Procel “A” (ação 12.4)
5	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 12.5)
Resultados Alcançados / Desafios	

Em 2022 foram adquiridos 2 veículos para transporte do Presidente e Vice-Presidente, bem como emprego no transporte executivos de autoridades. Os veículos custaram R\$ 304.000,00, conforme SEI nº 06362.2022-2.

Tais veículos atendem às mais modernas normas de emissão de poluentes vigentes no país, diminuindo a emissão de poluentes, contribuindo com a qualidade do ar atmosférico.

O consumo destes veículos na cidade é de 8,0 km/l com etanol e 11,6 km/l na gasolina, enquanto na estrada o consumo é de 9,7 km/l e 13,9 km/l, respectivamente.

Desta forma, ao percorrer uma distância maior com menos combustível, o TRE-MT se alinha com a meta de diminuir o consumo geral de combustíveis e utilizar combustível menos poluente nos veículos de sua frota.

Por meio do SEI nº 03707.2021-0 foram alienados 4 veículos, após análise por comissão específica constituída para este fim, constatou-se a antieconomicidade devido ao alto custo de manutenção, bem como o alto consumo de combustível. Assim, a integridade da frota está sendo mantida, fazendo constar apenas os veículos mais eficientes, tanto sob o prisma operacional, como também o econômico.

Novo processo de alienação de veículos movidos a combustíveis fósseis tramita em 2023 com a finalidade de que seja avaliada a inservibilidade desses bens.

TEMA 9: COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS**COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS)**

Descrição do indicador: Mede o percentual de compras públicas sustentáveis em relação ao total de aquisições e contratações realizadas pelo TRE-MT.

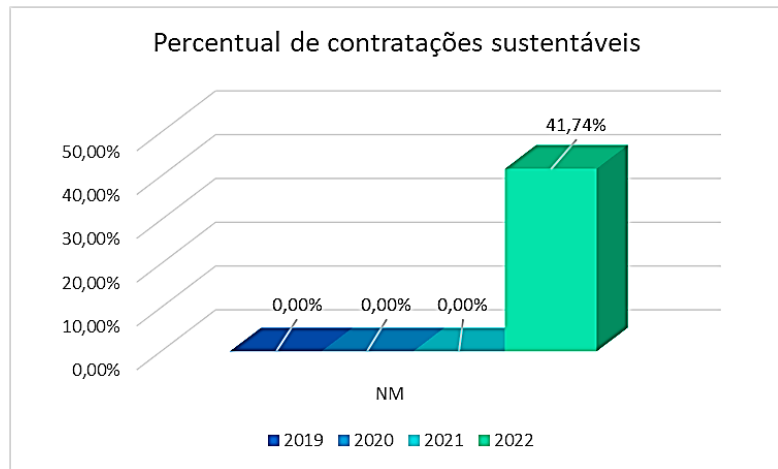
Justificativa: Aprimorar a gestão das aquisições e contratos para a contratação de materiais de consumo, serviços e outros produtos alinhados aos preceitos de sustentabilidade, fomentando um mercado mais inovador e de menor impacto.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): As metas foram replicadas do Planejamento Estratégico TRE-MT ciclo 2021-2026, uma vez que o CPS é indicador estratégico. As metas poderão ser melhor calibradas somente a partir de 2022, haja vista que será necessário o estabelecimento da série histórica em consonância aos parâmetros do guia de contratações sustentáveis a ser adotado pelo Tribunal, que constitui uma das ações do Projeto Estratégico nº 11 (Aprimoramento das Compras Públicas Sustentáveis).

Base histórica – Percentual de contratações com critérios de sustentabilidade (%)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NM	NM	NM	MN	0%	0%	0%	41,74%

Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Percentuais escalonados	12,5%	15%	17,5%	20%	22,5%



CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	
Item	Plano de Ação
1	Implantar controle e monitoramento das contratações sustentáveis do TRE-MT (Projeto Estratégico nº 11 – Aprimoramento das Compras Públicas Sustentáveis)
2	Realizar análise sustentável de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição (Projeto Estratégico nº 11)
3	Fomentar a inclusão de critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e contratações de serviços (Projeto Estratégico nº 11)
4	Capacitar servidores na inclusão de critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e contratações de serviços (Projeto Estratégico nº 11)
5	Realizar intercâmbio de informações com outros órgãos da Administração Pública (Projeto Estratégico nº 11)
Resultados Alcançados / Desafios	

Como ação para implantação e monitoramento das contratações sustentáveis no TRE-MT, foi publicada a Portaria nº 42/2022 de adoção do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União (CGU/AGU) e suas atualizações (SEI nº 07000.2021-7). A referida portaria determina que a unidade demandante da aquisição de bens ou da contratação de serviços deverá relacionar no Estudo Técnico Preliminar os critérios de sustentabilidade a serem observados.

No exercício 2022 não foram realizadas capacitações sobre critérios de sustentabilidade ou mesmo quaisquer outros cursos específicos na área, em razão da priorização da realização das Eleições Gerais. Para efetuar o levantamento do indicador acerca dos objetivos alcançados no exercício anterior, foi realizada análise dos Estudos Técnicos Preliminares e dos Termos de Referência, apurando os que constaram critérios de sustentabilidade a serem observados nos processos de contratação, sendo consideradas apenas as contratações formalizadas e ARP's emitidas, onde apurou-se que **41,74% das contratações efetivadas por este Tribunal observaram algum critério de sustentabilidade**, notadamente aqueles demandantes que têm observados as recomendações do Conselho Nacional de Justiça e órgãos fiscalizadores e da unidade de assessoramento jurídico, superando a meta estabelecida para o ano de 2022, que foi de 37%.

Os desafios para 2023 são avançar em CPS, buscando equilíbrio entre todas as dimensões da sustentabilidade: a ambiental/ecológica, a social e a econômica, algo que será alcançado por meio do trabalho em equipe, investimento em capacitação, maior divulgação do Guia Nacional de Contratações Públicas Sustentáveis da CGU/AGU, mudança de cultura organizacional com convencimento de todos os envolvidos. Segundo Leonardo de Moura, especialista do Instituto Socioambiental (ISA), sem diálogo para convencimento sobre os produtos de interesse social e ambiental, as compras não acontecem, mesmo que estejam na lei.

Para 2023 vislumbra-se tendência de melhora no percentual de CPS, bem como maior efetividade tanto nos critérios de sustentabilidade exigidos nos editais, como na fiscalização por parte dos fiscais quanto a empresa contratada cumprir os requisitos quando da entrega dos materiais/prestação dos serviços.

A utilização do art. 25, § 9º, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 que estabelece que o edital poderá, na forma disposta em regulamento exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional, bem como do art. 26, inciso II, que estabelece no processo de licitação poderá ser definida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento, são opções plenamente viáveis de implementação no TRE-MT.

TEMA 7: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO (QVT)

PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE QVT							
Descrição do indicador: Mede o número de participantes em iniciativas que promovam a qualidade de vida no ambiente de trabalho, observadas as séries históricas correlatas.							
Justificativa: Aumentar o bem-estar dos servidores e colaboradores no ambiente profissional, melhorando as condições físicas de trabalho e as relações interpessoais.							
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% a participação em ações de QVT até 2026, a partir das linhas de base de 2021 e 2022.							
Base histórica - Quantidade de servidores que participaram de ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
881	631	1184	359	1121	1068	453	791
Linha de Base	Metas Anuais		2022	2023	2024	2025	2026
2022 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados		2%	4%	6%	8%	10%
2021 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa		As metas quantitativas serão estruturadas após levantamento da série histórica.				

QUANTIDADE DE AÇÕES DE QVT							
Descrição do indicador: Mede a quantidade de ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT) realizadas, observadas as séries históricas correlatas.							
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% a quantidade de ações de QVT até 2026, a partir das linhas de base de 2021 e 2022.							
Base histórica - Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0	11	19	29	21	19	9	9
Linha de Base	Metas Anuais		2022	2023	2024	2025	2026
2022 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados		2%	4%	6%	8%	10%
2021 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa		As metas quantitativas serão estruturadas após levantamento da série histórica, que subsidiará a avaliação qualitativa do número de ações.				

PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES SOLIDÁRIAS

Descrição do indicador: Mede o número de participantes em ações solidárias que estimulem o voluntariado em ações de educação, doação de bens inservíveis do TRE-MT e visitas a entidades, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Aumentar o bem-estar dos servidores e colaboradores no ambiente profissional, melhorando as condições físicas de trabalho e as relações interpessoais.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% a participação em ações solidárias até 2026, a partir das linhas de base de 2021 e 2022.

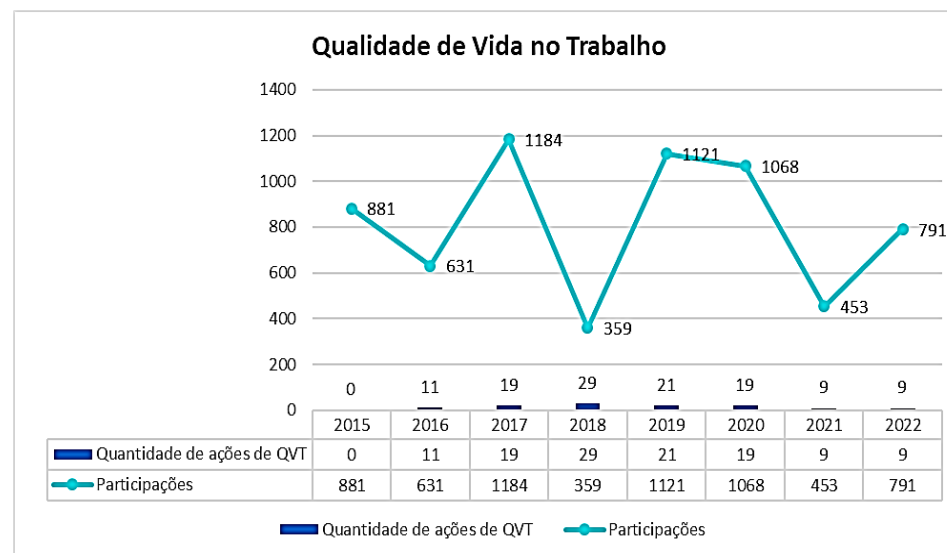
Base histórica - Quantidade de servidores que participaram de ações solidárias							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
2631	150	86	42	76	4	25	15
Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026	
2022 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	2%	4%	2%	
2021 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	As metas quantitativas serão estruturadas após levantamento da série histórica.					

QUANTIDADE DE AÇÕES SOLIDÁRIAS

Descrição do indicador: Mede a quantidade de ações solidárias realizadas, observadas as séries históricas correlatas.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% a quantidade de ações solidárias até 2026, a partir das linhas de base de 2021 e 2022.

Base histórica - Quantidade de ações solidárias							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0	2	3	5	3	1	2	1
Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026	
2018 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%	
2019 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	As metas quantitativas serão estruturadas após levantamento da série histórica, que subsidiará a avaliação qualitativa do número de ações.					



QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Item	Plano de Ação
1	Promover atividades de integração e de qualidade de vida no trabalho (ação 13.1)
2	Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável (ação 13.2)
3	Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas de QVT (ação 13.3)
4	Estimular a troca de experiências sustentáveis entre os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) para implementação em suas residências (ação 13.4)

Resultados Alcançados / Desafios

Dentre as ações em qualidade de vida no trabalho, houve uma boa participação dos servidores nas atividades propostas, tais como campanha de vacinação antigripal (com reembolso de valores), nos exames médicos periódicos, na feira de orgânicos e na ginástica laboral, possivelmente em razão do retorno ao trabalho presencial, e em que pese o significativo aumento de demandas decorrentes do período eleitoral no ano de 2022.

Para incremento das ações em qualidade de vida, foi solicitado estudo técnico para implementação de espaço multiuso localizado próximo ao estacionamento dos fundos da secretaria do Tribunal, no intuito de viabilizar a prática de yoga laboral, a cessão de espaço para realização de MAT Pilates e outras demandas que surgirem pela Secretaria de Gestão de Pessoas ou outras unidades (SEI nº 07175.2022-6).

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

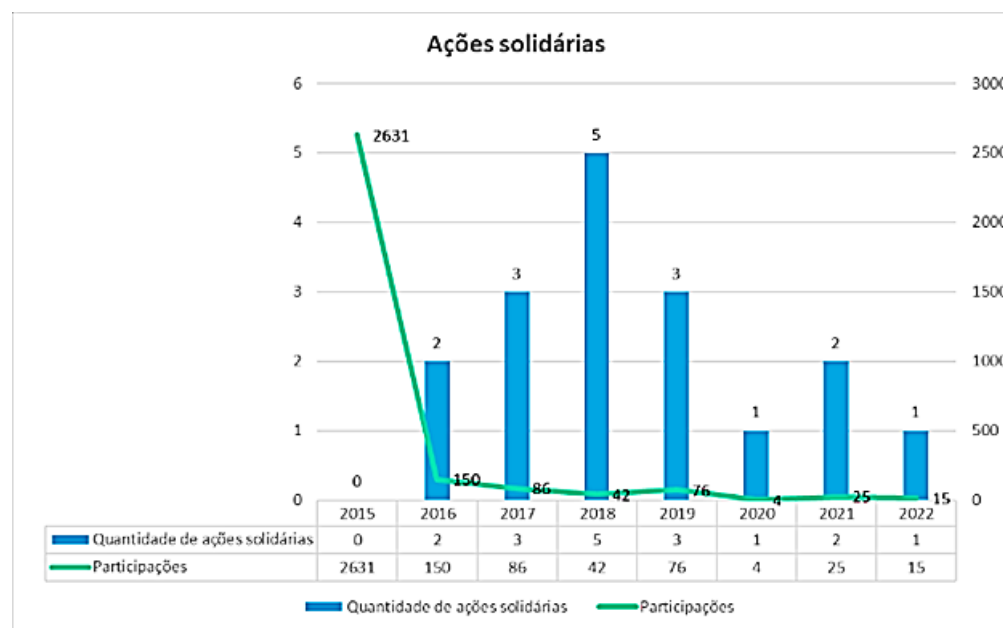
Também está em estudo pela Seção de Desenvolvimento Organizacional a possibilidade de incluir na Trilha de Aprendizagem dos servidores da Coordenadoria de Assistência Médica e Social e do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho capacitação online na área de qualidade de vida no trabalho.

Em ações solidárias, percebe-se uma baixa adesão dos servidores, razão pela qual a unidade está estudando formas para melhorar o desempenho dessa ação em 2023.

A tendência de desempenho dos indicadores do tema QVT é de melhora para o exercício de 2023, pois a capacitação dos servidores que laboram na área trará melhorias aos projetos apresentados e ações a serem desenvolvidas. Há também a possibilidade de ampliação da participação dos servidores lotados no interior nas ações realizadas de forma remota (palestra virtual, por exemplo).

Ainda que não tenham sido formalmente estabelecidas metas para o exercício de 2022 no PLS/TRE-MT 2022-2026, devido à formação de nova linha de base nos anos de 2021 e 2022 em consonância ao “mundo pós-Covid”, pode-se verificar dos resultados obtidos que, em que pese o **decréscimo de 68,97%** no número de ações de QVT, houve um **aumento de 120,33%** nas participações dessas ações. Referidos dados subsidiarão o estabelecimento das metas para os próximos anos do PLS.

Já no que se refere às ações solidárias, constatou-se um decréscimo tanto no quantitativo de ações (**-80%**) quanto no número de participantes (**-64,29%**).



TEMA 8: CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE**PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE**

Descrição do indicador: Mede o percentual de participações nas ações de capacitação em sustentabilidade, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Promover a capacitação do corpo funcional para a prática do uso racional de recursos, da sustentabilidade e da acessibilidade.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% a participação em ações de capacitação em sustentabilidade até 2026, considerando as novas linhas de base a partir de 2021 e 2022.

Base histórica - Participação de servidores em ações de capacitação em sustentabilidade

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
3	1	55	31	121	22	114	8

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2022 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%
2021 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	As metas quantitativas serão estruturadas após correção da série histórica, cujos resultados eram produto da soma das participações em ações de capacitação em sustentabilidade e das participações em ações de sensibilização em sustentabilidade, nos termos do glossário da Resolução CNJ nº 201 (revogada).				

Item	Plano de Ação
1	Promover a capacitação de colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) na temática da sustentabilidade e da acessibilidade e inclusão (ação 15.1)

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Descrição do indicador: Mede a quantidade de ações de capacitação em sustentabilidade realizadas, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Promover a capacitação do corpo funcional para a prática do uso racional de recursos, da sustentabilidade e da acessibilidade.

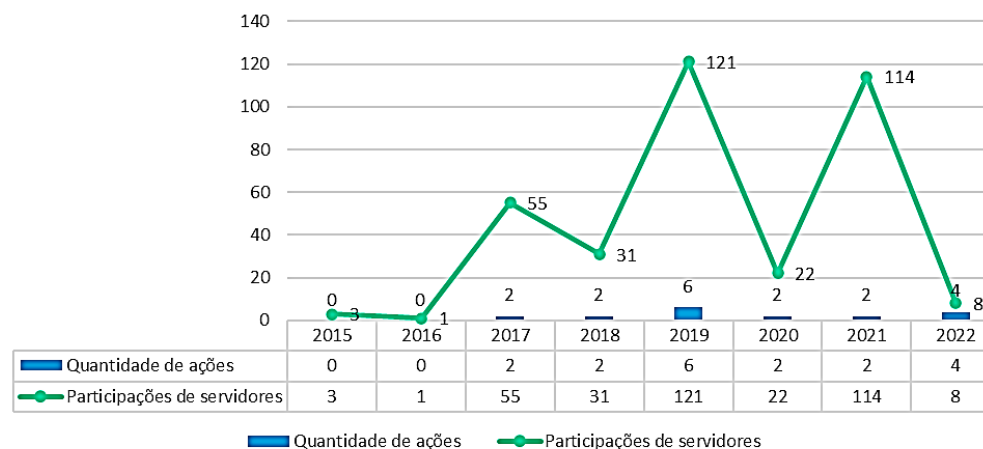
Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% a quantidade de ações de capacitação em sustentabilidade até 2026, considerando as linhas de base a partir de 2021 e 2022. Serão implementados estudos visando a estruturação de indicador com abordagem qualitativa.

Base histórica - Ações de capacitação em sustentabilidade

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0	0	2	2	6	2	2	4

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2022 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%
2021 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	As metas quantitativas serão estruturadas após correção da série histórica, que era somada com as ações de sensibilização em sustentabilidade, em consonância à Resolução CNJ nº 201 (revogada).				

Capacitação e sensibilização em sustentabilidade



CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	
Item	Plano de Ação
1	Promover a capacitação de colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) na temática da sustentabilidade e da acessibilidade e inclusão (ação 15.1)
Resultados Alcançados / Desafios	

No ano de 2022 foram realizadas 4 ações atreladas à temática de sustentabilidade:

- 1) Sensibilização, de interrupção do fornecimento de garrafas de água mineral, com campanha de conscientização, decorrente da edição da Portaria nº 163/2022;
- 2) Sensibilização, com o tema: A importância da separação do lixo em 3 frações. No evento foram abordados os danos causados pelo descarte incorreto, o incentivo a práticas ambientais no espaço de trabalho e a separação do lixo.
- 3) Capacitação, com o tema: Planejamento, controle e compensação de emissões de carbono em organizações públicas.
- 4) Capacitação em Compras Públicas Sustentáveis, por meio de disponibilização de treinamento no Moodle.

As capacitações em sustentabilidade foram reduzidas em razão da recente aprovação do PLS, bem como pela priorização das atividades ligadas à realização das eleições e outros eventos atrelados à obtenção do Selo CNJ de qualidade

A inclusão das ações de capacitação em sustentabilidade nas Trilhas de Aprendizagem do Plano Anual de Capacitação 2023, favorecerá a realização das capacitações e sensibilizações, imprimindo uma tendência de cumprimento das metas nos próximos anos.

Mesmo sem o estabelecimento formal de metas para o exercício de 2022 no PLS/TRE-MT 2022-2026 para as capacitações em sustentabilidade, devido à formação de nova linha de base nos anos de 2021 e 2022 em consonância ao “mundo pós-Covid”, pode-se verificar dos resultados obtidos que, em que pese o **decréscimo de 74,19%** no número de participações, houve um **aumento de 100%** no quantitativo dessas ações.

Referidos dados de 2022, analisados em conjunto com os dados dos exercícios anteriores (2019 a 2021), subsidiarão o estabelecimento das metas para os próximos anos do PLS/TRE-MT 2022-2026, mediante necessária correção da série histórica do indicador, que, nos termos do glossário da Resolução CNJ nº 400, passou a contabilizar separadamente as iniciativas de capacitação e de sensibilização em sustentabilidade.

TEMA 9: SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE**AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE**

Descrição do indicador: Mede a quantidade de ações de sensibilização em sustentabilidade realizadas, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Sensibilizar o corpo funcional para as práticas de sustentabilidade e do uso racional de recursos.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Aumentar em 10% a quantidade de sensibilizações em sustentabilidade até 2026, a partir das linhas de base de 2021 e 2022.

Base histórica – Quantidade de ações de sensibilização em sustentabilidade

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EC	EC	EC	EC	EC	EC	EC	2

Linha de Base	Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
2022 (anos eleitorais)	Percentuais escalonados	2%	4%	6%	8%	10%
2021 (anos não eleitorais)	Meta quantitativa	As metas quantitativas serão estruturadas após correção da série histórica, que era somada com as ações de capacitação em sustentabilidade, em consonância à Resolução CNJ nº 201 (revogada).				

SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Item	Plano de Ação
1	Sensibilizar os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) sobre a temática da sustentabilidade (ação 16.1)

Resultados Alcançados / Desafios

Em 2022 foram promovidas 2 ações de sensibilização:

- 1) Campanha de conscientização para interrupção do fornecimento de garrafas de água mineral, decorrente da edição da Portaria nº 163/2022;
- 2) Palestra em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, com o tema: Gestão de Resíduos na prática – A importância da separação do lixo em 3 frações. No evento foram abordados os danos causados pelo descarte incorreto, a separação do lixo em 3 frações (orgânico, rejeito e reciclável), dentre outras abordagens relativas à gestão ambientalmente correta dos resíduos.

TEMA 10: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DA EQUIDADE E DIVERSIDADE

AÇÕES DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

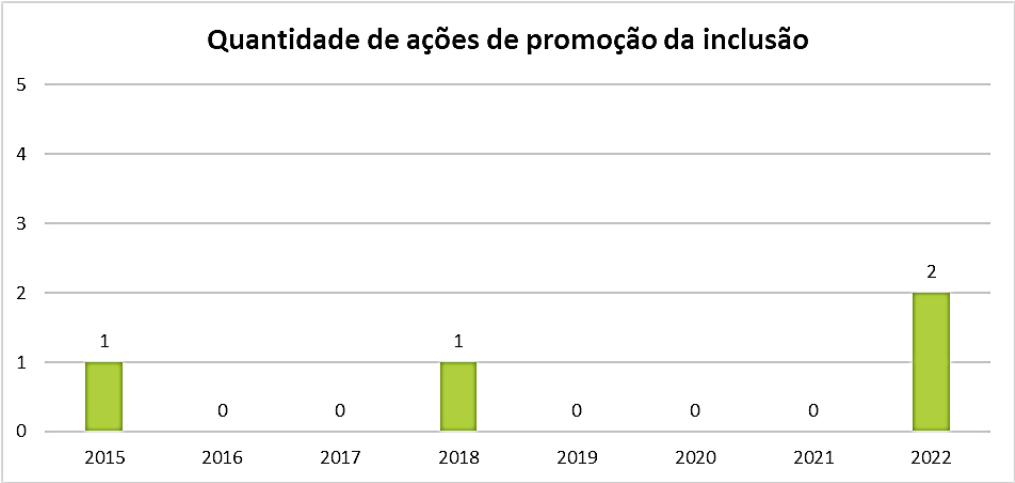
Descrição do indicador: Mede a quantidade de ações de promoção da inclusão realizadas, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Sensibilizar o corpo funcional para as questões da inclusão das pessoas com deficiência (PcD).

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Considerando que as linhas de base do indicador serão formadas a partir dos anos de 2021 e 2022, devido aos dados incipientes das séries históricas, não foram estabelecidas metas para os primeiros anos de vigência do PLS/TRE-MT do ciclo 2022-2026. Serão promovidos estudos visando a melhor estruturação de medidor qualitativo.

Base histórica - Quantidade de ações de inclusão							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	0	0	1	0	0	0	2

Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Número de ações	As metas quantitativas serão estruturadas após levantamento da série histórica, que subsidiará a avaliação qualitativa do número de ações.				



AÇÕES DE PROMOÇÃO DA EQÜIDADE E DIVERSIDADE

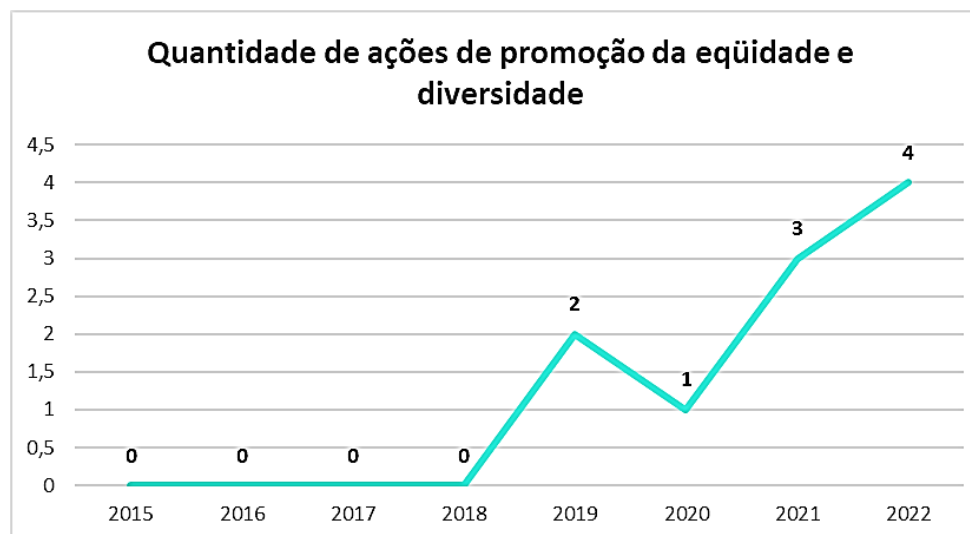
Descrição do indicador: Mede a quantidade de ações de promoção da equidade e diversidade realizadas, observadas as séries históricas correlatas.

Justificativa: Sensibilizar o corpo funcional para as questões da equidade e da diversidade.

Meta de longo prazo (período 2022-2026): Considerando que as linhas de base do indicador serão formadas a partir dos anos de 2021 e 2022, devido aos dados incipientes das séries históricas, não foram estabelecidas metas para os primeiros anos de vigência do PLS/TRE-MT do ciclo 2022-2026. Serão promovidos estudos visando a melhor estruturação de medidor qualitativo.

Base histórica – Quantidade de ações de equidade e diversidade							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NM	NM	NM	NM	2	1	3	4

Metas Anuais	2022	2023	2024	2025	2026
Número de ações	As metas quantitativas serão estruturadas após levantamento da série histórica, que subsidiará a avaliação qualitativa do número de ações.				



PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E DA EQUIDADE E DIVERSIDADE	
Item	Plano de Ação
1	Sensibilizar os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) sobre a temática da equidade e diversidade e da acessibilidade e inclusão (ação 17.1)
2	Promover a capacitação de colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) na temática da equidade e diversidade e da acessibilidade e inclusão (ação 17.2)
Resultados Alcançados / Desafios	

Em 2022 foram realizadas apenas 2 ações de promoção de inclusão da pessoa com deficiência (PcD) voltadas para o público externo, denotando o cuidado que deverá ser dispensado ao tema nos próximos anos de vigência do PLS/TRE-MT 2022-2026:

1) Treinamento da Comunidade Surda sobre a Justiça Eleitoral, funcionamento da urna eletrônica, e de todo o processo eleitoral, realizada pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral Palmyro Pimenta (EJE-MT) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) no dia 17/9/2022, com atendimento de 40 pessoas.

2) Treinamento da Comunidade Cega sobre a Justiça Eleitoral, funcionamento da urna eletrônica, e de todo o processo eleitoral, realizada pela CPAI em parceria com a EJE-MT e a STI no dia 19/9/2022, com atendimento de 35 pessoas.

Foram 4 as ações de promoção da equidade e diversidade no exercício de 2022, as quais, analisadas em conjunto com os dados dos anos anteriores (2019 a 2021), fornecerão o embasamento para a fixação das metas dos anos seguintes do PLS/TRE-MT 2022-2026:

1) Live "Participação das mulheres na política: perspectivas e desafios" no dia 27/5/2022;

2) Campanha sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TRE-MT durante todo o mês de agosto/2022;

3) Curso "Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação" em 22 e 23/8/2022;

4) Seminário "Violência Política contra a Mulher", no dia 6/9/2022, das 16h às 18h, no auditório do Plenário do TRE-MT.

RESULTADOS ALCANÇADOS

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

O CNJ, por meio da Resolução nº 400, de 2021, instituiu indicadores de desempenho mínimos para avaliação do desenvolvimento ambiental, social e econômico do PLS, que devem ser aplicados por todos os órgãos do Poder Judiciário.

Tais indicadores mínimos consistem em dados de consumo e de gastos relacionados aos seguintes temas: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas e construções, limpeza, vigilância, telefonia, veículos, combustível, apoio ao serviço administrativo, aquisições e contratações, qualidade de vida e capacitação em sustentabilidade.

A inserção dos temas apoio ao serviço administrativo, que objetiva o monitoramento dos gastos com serviços gráficos, e aquisições e contratações, relacionado ao acompanhamento das aquisições e contratações sustentáveis, são as inovações apresentadas pelo normativo.

Com base nesses temas, foram reproduzidos para o Plano de Logística Sustentável do TRE-MT, com período de vigência de 2022 a 2026, 39 (trinta e nove) indicadores de sustentabilidade, organizados por eixos temáticos, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações dispostas.

Com algumas exceções, para o cálculo das metas foram excluídos os anos de 2020 e 2021 da linha de base, em virtude dos impactos da pandemia e do trabalho remoto sobre o comportamento dos indicadores, que passaram a apresentar resultado muito diferenciado daquele verificado ao longo das séries históricas, a exemplo dos gastos com telefonia e material de limpeza.

A par do contextualizado, houve cumprimento das metas relacionadas a 11 indicadores no exercício 2022 **(28,20%)**:

- ☞ Consumo de papel;
- ☞ Consumo de copos descartáveis;
- ☞ Consumo de água envasada em embalagens descartáveis;
- ☞ Quantidade de impressões;
- ☞ Energia Elétrica;
- ☞ Gastos com telefonia fixa;
- ☞ Veículos próprios movidos a combustíveis fósseis;
- ☞ Quilometragem;
- ☞ Usuários por veículos de serviço;
- ☞ Consumo de gasolina;
- ☞ Contratações sustentáveis.

Observou-se um tímido avanço na execução das metas de 8 medidores, que demandarão mais atenção do Tribunal no próximo exercício devido ao não cumprimento das metas **(20,51%)**:

- ☞ Consumo de água envasada em embalagens retornáveis;
- ☞ Quantidade de equipamentos de impressão;
- ☞ Gastos com contratos de terceirização de impressão;
- ☞ Consumo de água e esgoto;
- ☞ Gastos com material de limpeza;
- ☞ Gastos com manutenção de veículos;

☞ Gastos com contratos de motoristas;

☞ Consumo de diesel.

5 índices de Gestão de Resíduos resultaram sem parâmetro comparativo, demandando a complementação das fichas dos indicadores para a análise dos resultados percentuais **(12,82%)**:

☞ Destinação de resíduos de papel;

☞ Destinação de resíduos plásticos;

☞ Destinação de resíduos de lâmpadas;

☞ Destinação de resíduos de obras e reformas;

☞ Destinação de resíduos eletroeletrônicos.

O comportamento dos 15 indicadores a seguir revela a necessidade de elaboração de planos de ação mais embasados para torná-los disponíveis **(38,46%)**:

☞ Gastos com reformas;

☞ Destinação de resíduos de suprimentos de impressão;

☞ Gastos com vigilância (armada, desarmada e eletrônica);

☞ Gastos com telefonia móvel;

☞ Gastos com serviços gráficos;

☞ Gastos com combustíveis;

☞ Quantidade de ações de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (QVT);

☞ Participações em ações de QVT

☞ Quantidade de ações solidárias;

☞ Participações em ações solidárias;

☞ Quantidade de ações de capacitação em sustentabilidade;

☞ Participação em ações de capacitação em sustentabilidade;

☞ Quantidade de ações de sensibilização em sustentabilidade;

☞ Quantidade de ações de inclusão;

☞ Quantidade de ações de equidade e diversidade.

Há 1 indicador que compunha o ciclo anterior do PLS/TRE-MT, cuja reinclusão depende de estudos a fim constatar a viabilidade de redução de valores do contrato mantido pelo Tribunal, uma vez que referidas despesas já atingiram o seu ponto de equilíbrio, seguindo orientações da setorial orçamentária da Justiça Eleitoral:

☞ Gastos com contratos de limpeza.

AÇÕES PARA 2023

Em termos de perspectivas futuras, apresenta-se pertinente ressaltar que o PLS/TRE-MT será sempre uma obra em progresso, com revisões e correções de rumo constantes à medida que seus objetivos e metas forem alcançados ou reavaliados.

Nesta segunda edição, o [PLS/TRE-MT 2022-2026](#) consolida-se como uma importante ferramenta de tomada de decisão, no sentido de ampliar e fortalecer as práticas de sustentabilidade já presentes na atuação do Tribunal, sem deixar de vislumbrar as tendências menos conhecidas, que hoje parecem ousadas ou distantes da realidade regional, mas que em um futuro não muito distante poderão se tornar orientadoras de práticas cotidianas.

Os indicadores e planos de ações permanecerão continuamente monitorados e o PLS deverá ser atualizado em 2023, ao intuito de que novas metas e ações, a serem alcançadas até 2026, sejam agregadas para os anos subsequentes. Caso seja verificada a necessidade, processos de trabalho serão redesenhados e novos indicadores poderão ser criados, e os existentes, adaptados.

Nessa linha, o Tribunal manterá o olhar atento para os indicadores ainda não disponíveis, e, sobretudo, para o acompanhamento consistente dos planos de ação propostos à época da revisão do PLS, entretanto, revendo metas e prazos, em face do período eleitoral de 2022. Por tais razões, no exercício de 2023, o Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade/ASPLAN impulsionará o Plano de Implementação do PLS, nos mesmos moldes do Plano de Implementação do Plano Estratégico 2022-2026, a fim de editar a versão revisitada do PLS, complementando as ações inicialmente previstas para o período de 2022 a 2026.

REFLEXÕES SOBRE OS PRÓXIMOS PASSOS

Este Relatório de Desempenho resume os pontos mais significativos do PLS/TRE-MT 2022-2026, respeitando a estrutura prescrita pela Resolução CNJ nº 400², de forma a facilitar sua leitura.

Vários são os desafios do TRE-MT para implementar mais adequadamente seu PLS, que se afiguram ainda mais singulares frente à sazonalidade de atividades voltadas para a preparação e execução das eleições, o que exige um acompanhamento pleno e consciente de cada unidade

administrativa envolvida com as ações que suportam mais diretamente as ações de sustentabilidade.

Boa parte desses desafios relacionam-se ao **amadurecimento dos gestores em tratar o tema**, em utilizar rotineiramente os indicadores, bem como à conscientização dos servidores quanto à inclusão das premissas de sustentabilidade na gestão do dia a dia.

O pouco tempo de execução do [PLS/TRE-MT 2019-2021](#) não permitiu uma avaliação mais aprofundada, entretanto já apontou lacunas que precisavam ser preenchidas e desvios a serem corrigidos, de modo a buscar maior efetividade das ações de sustentabilidade, ora em curso no [PLS/TRE-MT 2022-2026](#), bem como o desejado aprimoramento no uso de recursos públicos com economicidade, menor impacto ambiental, responsabilidade social, inclusão, diversidade e integridade.

Sabe-se que as ações que permeiam a sustentabilidade, bem como a sua visão sistêmica e o aspecto característico da **transversalidade** precisam ainda ser mais bem compreendidos pelo corpo funcional, para que entendam os impactos que uma pequena ou grande ação podem vir a repercutir em toda a organização e no aspecto ambiental do Planeta.

Capacitações e ações de sensibilização, conjugadas à conscientização de todas as pessoas que constituem o Tribunal é também meta a ser, arrojadamente, desenvolvida para que essa visão sistêmica bem compreendida possa ser vivenciada, produzindo frutos de economicidade, eficiência, respeito ao meio ambiente, de forma a realizar o consumo consciente, não apenas evitando, mas, verdadeiramente, combatendo o desperdício e o uso não racional dos recursos.

² **Resolução CNJ nº 400/2021**

Art. 10. Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho e às ações do PLS devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez ao ano, e devem compor o relatório de desempenho do PLS.

Parágrafo único. O relatório de desempenho do PLS deve ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere.

Conhecer as minúcias e as características da produção de determinados bens, implica conhecimento ampliado sobre o tríptico aspecto ambiental, econômico e social, portanto, as ações de capacitação precisam ser continuadas, ampliadas, em especial disponibilizadas às unidades que compõem a **Trilha de Aprendizagem Específica de Licitação e Contratos**, por onde tramitam os processos de aquisição e contratação administrativos, desde a primeira unidade a iniciar a fase interna do processo de compras até a sua completa aquisição, utilização e descarte, percorrendo todos os atores integrantes das relações com os bens e seu ciclo de vida.

Não à toa a [Resolução CNJ nº 347](#) qualifica o PLS como **instrumento da Política de Governança de Contratações**, ao lado do Plano Anual de Contratações e do Plano Anual de Capacitação.

Em outras palavras, é preciso intensificar a continuidade dos estudos e das atitudes, ampliando-se as práticas de sustentabilidade, objetivando e enfatizando a construção desse novo modelo de cultura organizacional, que visa a inserção dos critérios de sustentabilidade em todas as atividades da Instituição. Esse o enfoque dado ao [PLS/TRE-MT 2022-2026](#).

Igualmente se faz necessário considerar mais detidamente os aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável e, quanto ao panorama que constitui esse tripé, poder observar **mudanças que precisam ser continuadas e aperfeiçoadas nos planos de ação**, em especial aquelas que mantiveram consumo sem redução e sem resultados de economia dos recursos públicos, nem impactos benéficos ao meio ambiente, ou ainda, que necessitam ter seus processos de trabalho melhor estruturados para que as metas respectivas sejam estabelecidas.

Sobre o **aspecto da acessibilidade**, vê-se que a implementação e o monitoramento da [Resolução CNJ nº 401](#) são cruciais para a promoção da **inclusão**, a garantia de acessibilidade e a vedação a “qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência” prescritas pela normativa

própria, que deve ser conjugada à [Resolução CNJ nº 400](#) para oferecer **qualidade de vida no trabalho** e fora dele às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Tendo em vista os dados e informações apresentados neste relatório de desempenho do exercício de 2022, pode-se concluir que o PLS/TRE-MT se apresenta como instrumento tático imprescindível de planejamento, que apoia as unidades no alcance dos objetivos organizacionais, (i) ao direcionar ações na utilização eficiente dos recursos disponíveis, (ii) ao capacitar servidores na adoção de medidas ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade; e (iii) ao maximizar o consumo consciente dos recursos, para que seja ofertado um ambiente habitável para as próximas gerações.

A íntegra do PLS/TRE-MT 2022-2026, contendo as informações que consolidaram suas análises e o respectivo plano de ações, bem como as conclusões dos relatórios de desempenho dos exercícios anteriores, encontram-se disponíveis eletronicamente no endereço do Tribunal na internet: <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>.

As decisões da Comissão Gestora do PLS/TRE-MT estão publicadas no endereço <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/comites-e-comissoes/comissao-gestora-do-plano-de-logistica-sustentavel>.



#PraTodosVerem: Página de encerramento da publicação. Sobre fundo verde opaco, ao centro, logotipo institucional do órgão fazendo alusão à bandeira do Brasil: em primeiro plano, um círculo azul com estrelas, logo atrás um retângulo amarelo com uma pequena parte inferior em verde. Abaixo da figura, o texto “TRE-MT”.